



EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR DE REGISTRO DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE MARTINS SOARES

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1.1. Procedimento de licitação na modalidade pregão para atendimento de objeto conforme especificação sumária do Anexo I [CEE 01](#) (cláusula de condição específica do edital CEE 01), observado o detalhamento do objeto constante do termo de referência, anexo a este edital.

1.2. DADOS DE AUTUAÇÃO DO PROCESSO

1.2.1. Número do processo administrativo: Anexo I – CEE 1.2.

1.2.2. Data autuação processo administrativo: Anexo I – CEE 1.2

1.2.3. Tipo de procedimento: Pregão Eletrônico nos termos do art. 28, I c/c art/ 29, *caput* e art. 17, todos da Lei 14133/2021.

1.2.4. Número do tipo de procedimento: Anexo I – CEE 1.2

1.3. PADRONIZAÇÃO DO EDITAL

1.3.1. Em conformidade com o permissivo do inciso IV do *caput* do art. 19 e §1º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021 é adotada minuta padronizada de edital, previamente aprovada pelos órgãos de controle e jurídico do Martins Soares.

1.3.2. Dado o enquadramento do objeto no conceito inserto no inciso XIII do *caput* do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, são estabelecidas no edital as normas padronizadas de caráter uniforme e geral aplicáveis ao certame e no Anexo I as especificidades do processo da licitação e do objeto – CONDIÇÕES ESPECIFICAS DO EDITAL (CEE).

1.4. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.4.1. O objeto deste certame possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no Anexo II do edital, se enquadrando no conceito legal de bens e serviços comuns conforme inciso XIII do *caput* do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

1.5. NORMAS APLICÁVEIS

1.5.1. Lei nº 14.133/2021

1.5.2. Normas regulamentadoras da lei nº 14.133/2021 expedidas pelo Município disponíveis em: <https://martinssoares.mg.gov.br/>

1.5.3. Normas específicas aplicáveis ao objeto do certame constantes do Anexo II.

1.6. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS

1.6.1. A motivação de atos expedidos e a fundamentação de decisões prolatadas no âmbito do processo administrativo a que se vincula o presente ato convocatório, deverão observar:

1.6.1.1. O princípio do formalismo moderado;

1.6.1.2. Os princípios insertos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021;

1.6.1.3. As disposições constantes do decreto-lei nº 4.657/1942;



1.7. DISPONIBILIZAÇÃO EDITAL

1.7.1. O edital e seus anexos se encontram disponíveis para consulta no endereço eletrônico <https://martinssoares.mg.gov.br/> ;

1.7.2. Os pedidos de esclarecimentos e informações e as impugnações e recursos deverão ser formalizadas conforme Anexo I - CEE 03.

1.8. INTIMAÇÕES E COMUNICAÇÕES DO PROCESSO

1.8.1. Eventuais comunicações e/ou intimações referentes ao andamento do presente instrumento convocatório serão formalizadas aos licitantes e demais interessados através de publicação no Diário Oficial do Município disponível no endereço <https://martinssoares.mg.gov.br/>

1.9. LOCAL, DATA E HORÁRIO DA LICITAÇÃO

1.9.1. A licitação será realizada em meio eletrônico, observadas as condições de segurança, criptografia e autenticação em plataforma eletrônica indicada no Anexo I CEE 04.

1.9.2. A sessão pública será aberta na data e horário indicados no Anexo I - CEE 05.

1.9.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em sentido contrário.

1.9.4. A referência temporal será o horário oficial de Brasília/DF.

2. PARTICIPAÇÃO

2.1. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1.1. Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, com redação determinada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, em razão do valor estimado, POR ITEM da licitação ser inferior a R\$80.000,00 (oitenta mil reais), **SOMENTE poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação e que se enquadrem no conceito legal de microempresa e empresa de pequeno porte regionais, assim entendidas como aquelas sediadas em municípios compreendidos na microrregião de Manhuaçu - MG, nos termos do Art. 1º, inc. I do Decreto Federal nº 8.553/2015 e alterações posteriores¹.**

2.1.2. Respeitadas as condições normativas próprias e as constantes deste Edital, poderá participar desta licitação o interessado que promova o credenciamento na forma do item 04 deste edital, atenda aos requisitos de habilitação e qualificação constantes do edital e, ainda, de forma complementar, atenda às seguintes condições:

¹ Conforme resultado de pesquisa de mercado, onde ficou constatado a inexistência de empresas enquadradas como microempresa e empresa de pequeno porte sediadas localmente, com atividade comercial do ramo do objeto deste certame, mas a existência de tais empresas a nível regional (Microrregião de Manhuaçu - MG), nos termos do Decreto nº 5.538/15.



2.2. Seja pessoa jurídica legalmente estabelecida no País e possua objeto constante de contrato social ou ato constitutivo equivalente compatível com o objeto da licitação; **VEDAÇÕES**

2.2.1. Não poderá participar direta ou indiretamente desta licitação o licitante enquadrado em qualquer das seguintes hipóteses:

2.2.1.1. Que esteja impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, na forma do art. 7º da Lei nº 10.520/02 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;

2.2.1.2. Que esteja impedido de licitar ou contratar com os Municípios consorciados e/ou com o Município, nos termos do art. 87, *caput*, inciso III da Lei nº 8666/93 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;

2.2.1.3. Que tenha sido declarado inidôneo, nos termos do art. 87, *caput*, inciso IV da Lei nº 8666/93 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;

2.2.1.4. Que esteja de impedido de licitar e contratar ou declarados inidôneos, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade ou de reabilitação devidamente comprovada nos termos do art. 163 da citada lei nº 14.133/2021.

2.2.1.5. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/1998 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;

2.2.1.6. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992 pelo período correspondente ao cumprimento da penalidade;

2.2.1.7. Com decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, exceto se houver decisão judicial específica autorizando sua participação neste certame, e se comprovada a capacidade econômica de arcar com o cumprimento do objeto contratual.

2.2.1.8. Submisso a concurso de credores, em liquidação ou em dissolução;

2.2.1.9. Em que o ramo de atividade não seja pertinente ou compatível com o objeto desta licitação.

2.2.1.10. Nas hipóteses de vedação constantes do art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

2.2.1.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

2.2.1.12. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

2.2.2. Nenhum licitante poderá participar desta licitação com mais de uma proposta.

2.2.3. As vedações de que tratam os itens 2.2.1.1 a 2.2.1.6 serão também aplicadas ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica,



com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.2.4. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

2.3. PARTICIPAÇÃO DIFERENCIADA DE ME'S E EPP'S

2.3.1. A participação do presente certame em relação as ME's e EPP's ocorrerá de forma diferenciada conforme respectiva indicação:

2.3.1.1. No Anexo I CEE 07 em relação ao desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional (art. 47 da LC 123/06) se indicado no referido item;

2.3.1.2. No Anexo I CEE 08 em relação a participação ampla ou restrita de ME's e EPP's desde que previsto no referido item e na proporção/parcela ali indicada.

2.3.1.3. No Anexo I CEE 09 quanto à obrigação de subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno se indicado no referido item.

2.4. DISPOSIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

2.4.1. A participação na presente licitação implica:

2.4.1.1. A aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

2.4.1.2. Autorização de tratamento de dados constantes das propostas apresentadas e dos documentos de habilitação e qualificação da empresa participante, inclusive os eventuais tratamentos de dados pessoais na forma do art. 7º, caput, inciso I da lei nº13.709/2018 mediante divulgação em sítio eletrônico de transparência para fins de divulgação de informações e documentos oriundos do processo de licitação instaurado e desenvolvido.

3. ENTE PÚBLICO GERENCIADOR DO CERTAME

3.1. O Ente Público responsável pelo planejamento e execução do certame é o Município de Martins Soares.

4. CREDENCIAMENTO

4.1. O pregão será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

4.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do pregão regulado por este ato convocatório deverão dispor de chave de identificação ou "login" e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da plataforma eletrônica indicada no Anexo I CEE 04

4.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Martins Soares, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.



4.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao procedimento de pregão na forma eletrônica.

4.5. A participação se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

4.6. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

4.7. É de responsabilidade do licitante cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas/plataforma indicada no Anexo I CEE 04 e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. Os licitantes deverão encaminhar proposta inicial até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente no sistema eletrônico referido no Anexo I CEE 04, quando se encerrará a fase de recebimento de propostas.

5.2. O licitante deverá apresentar a proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos e/ou informações:

5.2.1. Valor unitário e total do item (sendo consideradas até 02 casas decimais após a vírgula, salvo se o Anexo II indicar número maior);

5.2.2. Marca dos produtos ofertados e respectivo modelo, quando cabíveis.

5.2.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência – Anexo II, indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.

5.2.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.3. As propostas deverão ter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data da abertura da licitação.

5.3.1. Se não constar o prazo de validade, entende-se pela opção do prazo mínimo de 60 (sessenta) dias.

5.4. A proposta final deverá manter inalteradas as características, bem como a marca e modelo indicados no item 5.2.

5.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Anexo II Termo de Referência.



5.5.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.6. No momento do envio da proposta, o licitante deverá prestar, por meio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

- a) Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos e que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha participação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrência posterior.
- b) Declaro para fins do disposto no inciso VI do *caput* do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
- c) Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- d) Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º, e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- e) Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 15 da lei nº 14.133/2021.
- f) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) Declaro que cumpro os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, se for o caso.
- h) Declaro que assumo o compromisso de guardar todos os documentos originais/autenticados, anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização, se for o caso, pelo prazo de 10 (dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pelo Martins Soares.
- i) Declaro que os documentos anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização, se for o caso, são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções legais em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal.
- j) Autorizo o tratamento de dados constantes das propostas apresentadas e dos documentos de habilitação e qualificação da empresa participante, inclusive os eventuais tratamentos de dados pessoais na forma do art. 7º, *caput*, inciso I da lei nº 13.709/2018 desde que seja efetivado mediante divulgação em sítio eletrônico de transparência para fins de reprodução, na íntegra, de todo o processo de licitação instaurado e desenvolvido.



5.7. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº14.133, de 2021.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. As declarações mencionadas no item 5.6, e nos itens 5.7 e 5.8 conforme o caso, são condicionantes para a participação do certame.

5.10. Nos casos de emissão de declaração falsa, o licitante estará sujeito às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital, sem prejuízo das sanções de caráter penal.

5.11. Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo resultante de fato superveniente e aceito pelo agente de contratação.

5.12. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades.

5.13. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.14. Não será admitida a subcontratação, salvo nos casos em que houver serviço agregado ao fornecimento do bem, limitados ao serviço, desde que previsto no Anexo I – CEE 11 e, ainda, na hipótese do Anexo I CEE 09.

5.15. Os licitantes deverão consignar o valor da proposta, conforme indicado no Anexo I CEE 10, já consideradas inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.16. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.



5.17. É de inteira responsabilidade do licitante obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos de qualquer natureza relativos ao objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.

5.17.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.17.2. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.17.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.18. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

5.19. A fase de habilitação poderá anteceder as fases de apresentação de propostas, lances caso indicado no Anexo I CEE 12.

5.19.1. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item 5.1, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto ou retorno econômico.

5.20. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.21. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante (na hipótese de inversão fases – item 5.18), o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.22. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.22.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo Município ou de sua desconexão.

5.22.2. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição



5.22.3. O licitante deverá comunicar imediatamente qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.22.4.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no Anexo I CEE 04 e CEE 05.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.3.1. Será desclassificada a proposta de empresas que não estejam compreendidas na área de abrangência indicada no item 2.1.1.

6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes.

6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor respectivo constante do Anexo II Termo de Referência.

6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá observar o Anexo I CEE 13.

6.13. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.14. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado indicado no Anexo I CEE 14.

6.15. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



- 6.16. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.17. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.18. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.19. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.20. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.21. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.22. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 10 (dez) minutos sendo que após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 02 (dois) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.23. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 02 (dois) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.24. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.25. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 02 (dois) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.26. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.27. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.



- 6.28. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.27, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.29. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.30. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.31. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.32. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.33. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.34. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.35. No caso de desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.36. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.37. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.38. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial.
- 6.38.1. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 6.39. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.40. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor



inferior ao da primeira colocada, no prazo de 02 (dois) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.41. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.42. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.43. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.44. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.44.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.44.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.44.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.44.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.45. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.45.1. Em sequência, empresas estabelecidas no estado de Minas Gerais;

6.45.2. Em sequência empresas brasileiras;

6.45.3. Em sequência empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.45.4. E, por fim, em sequência empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.46. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.47. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.48. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



6.49. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.50. O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.51. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.52. Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. NEGOCIAÇÃO

7.1. Após o encerramento da etapa de lances e da aplicação do empate ficto, se for o caso, o agente de contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, visando a que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento estabelecido, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.

7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8. DA ACEITABILIDADE E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Encerrada a fase de negociação, o agente de contratação procederá a consulta com a finalidade de verificar se o licitante classificado em primeiro lugar não incorre em nenhuma das hipóteses de vedação de participação do certame, conforme redação do item 2.2, especialmente quanto a realização de consulta consolidada do licitante pessoa jurídica disponibilizada pelo Tribunal de Contas da União – TCU quanto licitantes inidôneos (TCU); condenações cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade (CNJ); empresas inidôneas e suspensas (CEIS - CGU) e empresa punidas (CNEP- GCU) através do endereço eletrônico/URL: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

8.1.1. Na hipótese de a consulta indicar a existência de fato impeditivo à participação do certame, o licitante será convocado para manifestação pelo prazo mínimo de 30 (trinta) minutos, e caso não seja apresentada justificativa que permita afastar o impedimento, o licitante será declarado desclassificado por falta de condição de requisito objetivo à participação.

8.2. Atendidas as condições de participação, na forma dos itens precedentes, o licitante classificado em primeiro lugar, por convocação e no prazo definido pelo agente de contratação de, no mínimo 02 (duas) horas, deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao valor proposto, por meio eletrônico no endereço constante do Anexo I CEE 04.



8.3. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

8.4. O agente de contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal e terceirizados do Martins Soares, para orientar sua decisão.

8.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

8.6. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie expressamente à parcela ou à totalidade de remuneração.

8.7. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos deste Edital, será desclassificada aquela que:

8.7.1. Não atenda às exigências do ato convocatório da licitação, incluídas as especificações contidas no Anexo II – Termo de Referência, desde que insanável.

8.7.2. Apresentar preços em desacordo com os critérios de aceitabilidade estabelecidos no Anexo I – CEE 15.

8.7.3. Apresentar preços manifestamente inexequíveis não comprovando sua exequibilidade, observados os critérios indicados no Anexo I – CEE 16.

8.8. Em caso de divergência entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

8.9. O Município concederá ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

8.10. O agente de contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante a sua demonstração;

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, o agente de contratação poderá adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

8.11.1. Questionamentos junto ao licitante para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade.

8.11.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas.

8.11.3. Verificação de outros contratos que o licitante mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada.

8.11.4. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes.

8.11.5. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo licitante.

8.11.6. Estudos setoriais.

8.11.7. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para o fornecimento.

8.11.8. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

8.12. Será considerada inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos



envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

8.13. Caso o Anexo II - Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.13.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo agente de contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas no Anexo II – Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.

8.13.4. Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, o agente de contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado.

8.13.4.1. Seguir-se-á com a verificação da amostra e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Anexo II - Termo de Referência.

8.14. Será vencedor o licitante que atender a íntegra do Edital e ofertar o menor preço ou o maior desconto ou retorno econômico, considerando o critério de julgamento previsto no Anexo I – CEE 15.

8.15. A classificação dos lances apresentados, a indicação da proposta vencedora e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

9. HABILITAÇÃO

9.1. Após o aceite definitivo da proposta vencedora, no prazo mínimo de 02 (duas) hora definido pelo agente de contratação, o licitante será convocado a encaminhar eletronicamente, por meio do sistema em que foi realizada a disputa, os documentos de habilitação abaixo discriminados.

9.2. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:

9.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;



9.3. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante;

9.3.3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9.4. Documentos Relativos à Qualificação Técnica:

9.4.1. A comprovação de aptidão para o fornecimento do objeto se dará mediante apresentação da documentação constante do Anexo I CEE 17, se indicado.

9.5. Documentos Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

9.6. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

9.7. Demais documentos constantes do Anexo I CEE 18.

9.7.1 A Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) emitida pelo Ministério da Saúde (ANVISA) para Armazenamento, Distribuição e Expedição de Saneantes, tanto para atacadista quanto para varejista para os itens: 02, 03, 04, 05, 19, 21, 31, 32, 33, 51, 58, 59, 60, 61, 89, 90, 104 e a Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) emitida pelo Ministério da Saúde (ANVISA) para Armazenamento, Distribuição e Expedição de Cosméticos, tanto para atacadista quanto para varejista, para os itens: 23, 24, 28, 41, 42, 44, 45, 53, 91, 92, 103, 109.

9.8. A entrega da documentação física original ou autenticada fica dispensada, podendo ser solicitada a qualquer momento em prazo estabelecido pelo agente de contratação, observada a sua guarda pelo agente de contratação pelo prazo de 10 (dez) anos.

9.9. 9. A documentação física original ou autenticada, quando solicitada deverá ser encaminhada ao endereço indicado no Anexo I – CEE 19.

9.10. Na falta de consignação do prazo de validade dos documentos, exceto item 9.2 e subitens, serão considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua emissão.

9.11. Os documentos referentes à habilitação do licitante deverão estar válidos no dia de abertura da sessão pública.

9.12. Caso a data do julgamento da habilitação não coincidir com a da abertura da sessão, e não for possível ao agente de contratação verificar esta condição por meio de consulta a sites oficiais, o licitante será convocado a encaminhar no prazo de no mínimo 02 (duas) horas, documento válido que comprove sua condição de habilitação na data da convocação, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação de regularidade fiscal das



microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

9.13. Quando da apreciação dos documentos para habilitação, o agente de contratação procederá ao que segue:

9.13.1. Se os documentos para habilitação não estiverem completos e corretos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital, o agente de contratação considerará o licitante inabilitado;

9.13.2. No caso de inabilitação do primeiro classificado, serão retomados os procedimentos, respeitada a ordem de classificação do licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, e assim sucessivamente, até que sejam atendidas as condições do Edital.

9.14. Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação e a assinar, quando for o caso, o contrato no prazo fixado pelo Município, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

10. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

10.1. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

10.1.1. Os esclarecimentos quanto ao edital poderão ser solicitados ao agente de contratação em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da licitação, conforme informado no Anexo I – CEE 20.

10.1.2. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.1.2.1. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao agente de contratação nos endereços indicados no Anexo I – CEE 21.

10.1.2.2. O licitante que apresentar impugnação deverá encaminhar suas razões fundamentadas ao agente de contratação, que responderá e submeterá à aprovação da autoridade competente.

10.1.2.3. A impugnação feita tempestivamente não impedirá o licitante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

10.1.2.4. Acolhida a impugnação contra o instrumento convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, quando da resposta resultar alteração que interfira na elaboração da proposta.

10.1.3. Decairá do direito de impugnação ao Edital ou de solicitar esclarecimento o licitante ou interessando que não se manifestar no prazo e forma estabelecidos nos itens 10.1 e 10.2.

10.1.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada na forma do item 1.8 deste edital no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.1.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



10.1.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.2. RECURSOS

10.2.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021 e, de forma complementar, o regulamento expedido pelo Martins Soares disponível no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.2.

10.2.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.2.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.2.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

10.2.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

10.2.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.2.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema eletrônico/plataforma responsável pela realização do certame.

10.2.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.2.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.2.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, na forma do item 1.8 do edital, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.2.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.2.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.2.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico indicado no Anexo I – CEE 22.

11. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do agente de contratação, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

11.3. Os atos de adjudicação e homologação observarão a forma e procedimento estabelecidos nos regulamentos expedidos pelo Martins Soares disponíveis no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.2.

12. CONTRATO

12.1. O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da convocação para assinatura do contrato junto ao órgão gerenciador, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de não atendimento da demanda.

12.1.1. O prazo previsto poderá ser prorrogado, por justo motivo, a critério do Martins Soares, mediante solicitação fundamentada do interessado.

12.2. A assinatura do contrato será realizada, preferencialmente, de forma eletrônica, nos termos da lei nº 14.630/2020.

12.3. O prazo de vigência do contrato será de acordo com o estabelecido no Anexo I – CEE 23.

12.4. O início da vigência do contrato será de acordo com o estabelecido no Anexo I – CEE 24.

12.5. A formalização de contrato observará a minuta consta de Anexo do edital, as disposições constantes neste item 12 e, por fim, o regulamento expedido pelo Martins Soares disponível no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.2.

13. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

13.1. A fiscalização e a gestão da execução do contrato competirá, respectivamente, ao fiscal e ao gestor de contrato indicados no Anexo II – Termo de Referência ou no termo de contrato a ser firmado.

13.2. A fiscalização e a gestão do contrato observará o regulamento específico fiscalização e de gestão de contratos expedidos pelo Martins Soares disponível no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.2 deste edital.

14. ENTREGA DO OBJETO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. A atividade de recebimento é condição prévia e essencial ao pagamento da contraprestação pelo Martins Soares do fornecimento do objeto, representando a confirmação de que o objeto do contrato foi efetivamente executado em conformidade com os requisitos qualitativos, quantitativos, bem como o preço, a forma e prazo estipulados.

14.2. O recebimento será realizado com obediência às regras previstas no Anexo II – Termo de Referência, observadas as seguintes diretrizes:

14.2.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia:

14.2.1.1. Provisoriamente, pelo fiscal designado no contrato, mediante relatório, no prazo estipulado no contrato, contado da comunicação escrita da contratada, devendo o relatório indicar eventuais irregularidades que impeçam o pagamento



total ou parcial da despesa, as cláusulas contratuais não observadas e o prazo para a contratada efetuar as devidas correções.

14.2.1.2. Definitivamente, a cargo do gestor de contrato designado por ato formal expedido pelo Martins Soares, com base na verificação do trabalho realizado pela fiscalização, mediante emissão de termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

14.2.2. Em se tratando de compras, locação de equipamentos e bens, serviços profissionais não enquadrados como de engenharia:

14.2.3. Provisoriamente, pelo fiscal designado no contrato, mediante relatório lançado no documento fiscal ou similar, que ateste a qualidade, especificação e quantidade do material, bem, serviço ou locação e sua aceitação, no prazo estipulado no contrato;

14.2.4. Definitivamente, a cargo do gestor de contrato designado por ato formal expedido pelo Martins Soares, com base na verificação do trabalho realizado pela fiscalização.

14.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

14.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

14.5. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos no contrato.

14.6. O pagamento será realizado somente após a conclusão da fase de liquidação da despesa.

14.6.1. Na realização dos pagamentos deverão ser observadas as disposições dos arts. 141 a 146 da Lei nº 14.133/2021 e, de forma complementar, os regulamentos expedidos pelo Município de Martins Soares referentes à fiscalização e gestão de contratos e ao recebimento provisório e definitivo, conforme endereço eletrônico indicado no item 1.5.2.

14.6.2. São documentos para fins de liquidação e pagamento:

14.6.2.1. Nota fiscal;

14.6.2.2. Fatura de locação;

14.6.2.3. Recibo de pagamento autônomo;

14.6.2.4. Nota de liquidação e pagamento;

14.6.3. Os processos de pagamento devem ser instruídos com os documentos que habilitem a correspondente liquidação e pagamento.

14.6.4. Competirá ao gestor de contratos promover junto a autoridade administrativa competente a formalização da liquidação do empenho para fins de pagamento, devendo apurar:

14.6.4.1. A origem e o objeto do que se deve pagar;

14.6.4.2. A importância exata a pagar;

14.6.4.3. A quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.



14.6.4.4. A comprovação da regular prestação do objeto contratado.

15. REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

15.1. O reajustamento do contrato ocorrerá a cada período de 12 (doze) meses, adotando por referência a data de formalização da proposta.

15.2. O reajustamento adotará o índice indicado no Anexo I – CEE 25, acumulado no período indicado no item anterior.

15.3. O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme o caso, observará a matriz de riscos indicada no item 16.

16. MATRIZ DE RISCOS

16.1. O contrato poderá identificar os riscos contratuais previstos e presumíveis e prever matriz de alocação de riscos, alocando-os entre contratante e contratado, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo Martins Soares ou pelo contratado ou daqueles a serem compartilhados.

16.2. A alocação de riscos de que trata o item precedente considerará, em compatibilidade com as obrigações e os encargos atribuídos às partes no contrato, a natureza do risco, o beneficiário das prestações a que se vincula e a capacidade de cada parte para melhor gerenciá-lo.

16.3. Os riscos que tenham cobertura oferecida por seguradoras serão preferencialmente transferidos ao contratado.

16.4. A alocação dos riscos contratuais será quantificada para fins de projeção dos reflexos de seus custos no valor estimado da contratação.

16.5. A matriz de alocação de riscos definirá o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em relação a eventos supervenientes e deverá ser observada na solução de eventuais pleitos das partes.

16.6. Sempre que atendidas as condições do contrato e da matriz de alocação de riscos, será considerado mantido o equilíbrio econômico-financeiro, renunciando as partes aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio relacionados aos riscos assumidos, exceto no que se refere:

16.6.1. Às alterações unilaterais determinadas pela Administração.

16.6.2. Ao aumento ou à redução, por legislação superveniente, dos tributos diretamente pagos pelo contratado em decorrência do contrato.

16.7. São aplicáveis a alocação de riscos as normas e regulamentos expedidos pelo Martins Soares disponíveis no endereço eletrônico/URL indicado no item 1.5.2.

17. GARANTIAS

17.1. A formalização de garantia observará o disposto nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021 e, de forma complementar, o regulamento expedido pelo Martins Soares constante de endereço eletrônico/URL indicada no item 1.5.2.

17.2. A critério do Martins Soares, poderá ser exigida garantia, mediante indicação no Anexo I – CEE 26.

17.3. Serão admitidas as seguintes modalidades de garantia:

17.3.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia



autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

17.3.2. Seguro-garantia;

17.3.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

17.4. A garantia observará os seguintes percentuais calculados sobre o valor do contrato:

17.4.1. Até 5% (cinco por cento) nas contratações de obras, serviços e fornecimentos;

17.4.2. Até 10% (dez por cento) nas contratações em que exista justificativa decorrente de complexidade técnica e dos riscos envolvidos conforme indicação constante da matriz de riscos;

17.4.3. Até 30% (trinta por cento) nas contratações de obras e serviços de engenharia de grande vulto, mediante seguro-garantia com cláusula de execução e conclusão do objeto do contrato pela seguradora em caso de inadimplemento do contratado.

17.5. O Município de Martins Soares poderá exigir a prestação de garantia adicional como condição para o pagamento antecipado.

17.5.1. O valor da garantia oferecida corresponderá, em regra, à integralidade do valor previsto como pagamento antecipado na hipótese do item 17.4.

17.6. O valor da garantia poderá ser reduzido com base na matriz de riscos do contrato.

18. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Nos termos dos arts. 155 a 162 da Lei nº 14.133/2021, serão aplicadas as sanções administrativas nas seguintes hipóteses:

18.1.1. Advertência, aplicável ao responsável que der causa à inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

18.1.2. Impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicável ao responsável que:

18.1.2.1. Incorrer na inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao Martins Soares, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.2.2. Incorrer na inexecução total do contrato;

18.1.2.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

18.1.2.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

18.1.2.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.2.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

18.1.3. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar, aplicável ao responsável que:

18.1.3.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

18.1.3.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



18.1.3.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.3.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.3.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013²;

18.1.3.6. Nas infrações administrativas indicadas no subitem 18.1.2 e subitens que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

18.1.4. Multa, a ser aplicada ao responsável que der causa a infrações administrativas será calculada observando o valor mínimo de 0,5% (meio por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do contrato licitado ou celebrado no caso de contratação direta na hipótese do responsável que der causa a infrações administrativas puníveis com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade indicadas neste edital, observada a cumulação de aplicação de sanções prevista no §7º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

18.1.4.1. Sem prejuízo de aplicação do disposto no item 18.1.4, será aplicável a penalidade de multa:

18.1.4.1.1. Igual ou superior a 0,5% (meio por cento) e igual ou inferior a 15% (quinze por cento) para as seguintes infrações administrativas:

² Lei nº 12.846/2013:

[...]

Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV - no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

§ 1º Considera-se administração pública estrangeira os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à administração pública estrangeira as organizações públicas internacionais.

§ 3º Considera-se agente público estrangeiro, para os fins desta Lei, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.



- 18.1.4.1.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 18.1.4.1.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 18.1.4.1.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 18.1.4.1.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 18.1.4.1.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 18.1.4.1.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
- 18.1.4.1.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 18.1.4.1.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 18.1.4.1.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 18.1.4.1.2. Superior a 15% (quinze por cento) e inferior ou igual a 30% (trinta por cento) para as seguintes infrações administrativas:
- 18.1.4.1.2.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 18.1.4.1.2.2. Fraudar a licitação.
- 18.1.4.1.2.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 18.1.4.1.2.3.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
- 18.1.4.1.2.3.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento.
- 18.1.4.1.2.3.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 18.1.4.1.2.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 18.1.4.1.2.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.
- 18.2. A sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do Martins Soares pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- 18.3. A sanção administrativa de inidoneidade para licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os Entes públicos da federação pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.
- 18.4. Se o valor aplicado pela sanção, somado às indenizações cabíveis, ultrapassar o valor de pagamento eventualmente devido pelo Martins Soares ao contratado, será promovida de forma cumulativa:
- 18.4.1. A compensação da sanção e eventuais indenizações no valor pendente de pagamento ao contratado;
- 18.4.2. Eventual diferença não compensada no item anterior seja descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 18.5. A aplicação das sanções administrativas previstas neste ato convocatório não exclui, nem afasta, a obrigação de reparação de integral de eventual dano causado ao Martins Soares.



18.6. A dosimetria das sanções administrativas e o respectivo processo administrativo de apuração e eventual responsabilização mediante aplicação de sanção administrativa observará o regulamento próprio expedido constante de endereço eletrônico no sítio oficial do Martins Soares indicado no item 1.5.2

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do Martins Soares, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação e aos demais princípios indicados no item 1.6 deste edital.

19.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Martins Soares não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, somente se iniciando ou encerrando os prazos em dias de expediente no Martins Soares.

19.5. Na contagem dos prazos, na hipótese de publicação do ato em mais de um meio, será considerado como parâmetro para a contagem de início do prazo a última publicação realizada.

19.6. É facultado ao agente de contratação ou a autoridade competente, em qualquer fase do processo, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

19.7. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para fornecimento de produtos, decorrentes desta

19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.10. O agente de contratação, nos processos de licitação em que a modalidade seja o pregão, adotará a indicação/nomenclatura de “PREGOEIRO”.

19.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Diário Eletrônico Oficial do Município e conforme Anexo I – CEE 22.

20. ANEXOS

20.1. Anexo I – Condições Específicas do Edital - CEE

20.2. Anexo II – Estudo Técnico Preliminar

20.3. Anexo III – Termo de Referências

20.4. Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços

20.5. Anexo V – Minuta de Contrato



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

20.6. Anexo VI – Modelo de Proposta

20.7. Anexo VII – Modelo de Declarações

Martins Soares – MG, 28 de março de 2025.

Wesley Henrique da Silva
Agente de Contratações



ANEXO I

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO EDITAL (CEE)

Cláusula da Condição Específica do Edital (CEE)	Referência	Condição Específica do Edital
CEE 01	Descrição do objeto	Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento/aquisição de Material de Limpeza, higiene pessoal, embalagens e descartáveis, com intuito de atender as necessidades das secretarias, conforme especificações contantes no Termo de Referências.
CEE 02	Dados de atuação do processo	Número do processo administrativo: 023/2025 Data autuação processo administrativo: 27/02/2025 Pregão Eletrônico: 002/2025
CEE 03	Pedidos de esclarecimentos, informações, impugnações e recursos	Pedidos de esclarecimentos e informações: : https://ammlicita.org.br/ Impugnações e recursos: https://ammlicita.org.br/
CEE 04	Plataforma eletrônica de realização do procedimento	URL da plataforma de disputa: https://ammlicita.org.br/
CEE 05	Data e horário sessão pública	Data: 15/04/2025 Horário: 09:00
CEE 06	Empresas participando na forma de consórcio	Não será permitido a participação de empresas reunidas em consórcio, pois a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação, são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, não sendo o caso da presente licitação
CEE 07	Desenvolvimento econômico e social local e regional – art. 47 da LC 123/06	Contratação restrita local e/ou regional Se aplica: Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, com redação determinada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, em razão do valor estimado, POR ITEM da licitação ser inferior a R\$80.000,00 (oitenta mil reais), SOMENTE poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação e que



		se enquadrem no conceito legal de microempresa e empresa de pequeno porte regionais, assim entendidas como aquelas sediadas em municípios compreendidos na microrregião de Manhuaçu - MG, nos termos do Art. 1º, inc. I do Decreto Federal nº 8.553/2015 e alterações posteriores.
CEE 08	Participação ampla e restrita – art. 48, I da LC 123/06	Participação restrita a ME's e/ou EPP's. Se aplica
CEE 09	Subcontratação de ME's e EPP's – art. 48, II da LC 123/06	Obrigação de subcontratação de ME's e EPP's Não se aplica
CEE 10	Formato/descrição da proposta	Menor valor por item
CEE 11	Subcontratação	Não será admitida a subcontratação
CEE 12	Inversão fases – Habilitação precedendo apresentação de propostas e lances	Não será aplicada a inversão de fase
CEE 13	Intervalo mínimo de lance	Intervalo mínimo de valor: R\$0,01 (um centavo)
CEE 14	Modo de disputa	Aberto
CEE 15	Cráterios de aceitabilidade de preços	Valor máximo conforme consta no Anexo III - Termo de Refer�ncia. O valor unit�rio dos itens n�o poderá ser superior aos valores unitários dispostos na tabela de valores médios.
CEE 16	Crêterios de exequibilidade	Não se aplica
CEE 17	Qualificação Técnica	Atestado de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho da empresa LICITANTE em fornecimento pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência, CONTENDO NO MÍNIMO OS SEGUINTE DADOS: CNPJ; ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO ÓRGÃO/ENTIDADE



		EMITENTE; PERÍODO DE FORNECIMENTO; LOCAL DO FORNECIMENTO; DESCRIÇÃO DO OBJETO
CEE 18	Qualificação econômica-financeira	A comprovação de qualificação econômica financeira deverá efetivada mediante apresentação dos seguintes documentos: 1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II); 2. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133/2021, art. 69, §6º)
CEE 19	Documentação original ou autenticada	Caso seja necessário, a documentação original ou autenticada deverá ser encaminhada ao seguinte endereço, constando no envelope externo os seguintes dados: ENDEREÇO DE ENCAMINHAMENTO: SALA DE LICITAÇÃO, AVENIDA JOÃO BATISTA, 294, CENTRO, MARTINS SOARES – MG – CEP. 36.972-000. ENVELOPE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO/PROPOSTA NÚMERO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, MODALIDADE E NÚMERO DA MODALIDADE RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE CNPJ OU DOCUMENTO EQUIVALENTE
CEE 20	Esclarecimentos	As solicitações de esclarecimentos exclusivamente de forma eletrônica e deverão ser encaminhadas a plataforma: https://ammlicita.org.br/
CEE 21	Impugnações	As impugnações ao edital deverão ser encaminhadas da seguinte forma: Eletrônica, através da plataforma: https://ammlicita.org.br/ A impugnação eletrônica deverá conter assinatura que possa identificar o signatário, observado o disposto na Lei nº 14.630/2020.



		Presencial mediante protocolo no endereço e horário: Sala de Licitação, Avenida João Batista, 294, Centro, Martins Soares – MG – CEP. 36.972-000. Horário de funcionamento das 08: 00 as 11:00 e de 13: 00 as 17:00.
CEE 22	Vista dos autos	Na sala de licitações
CEE 23	Prazo de Vigência do Contrato	A vigência do contrato será de 12 meses. Poderá ser promovido a prorrogação da vigência do contrato de acordo com o Art. 107 da Lei 14.133/2021.
CEE 24	Início vigência do contrato	O contrato vigorará a partir da data de sua assinatura e a devida publicação.
CEE 25	Índice de reajustamento	Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data da formalização da proposta.
CEE 26	Garantia	Não será exigida garantia



Anexo II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Este documento trata-se de estudo técnico preliminar, visando Aquisição de Material de Limpeza, com intuito de atender as necessidades das secretarias, conforme termo de referência.

1) Responsável pela elaboração do ETP:

Autoridade responsável pela formalização da demanda: Carolina Huebra Dias.

Agente Público da área técnica responsável pela orientação e preenchimento do ETP: Aline Cazati Oggione de Melo.

Agente Público da área de licitações responsável pelo acompanhamento da elaboração do ETP: Wesley Henrique da Silva

2) Descrição da necessidade da contratação:

Observa-se a necessidade em adquirir os itens constantes neste objeto, por se tratar, de produtos essenciais para possibilitar a higiene e limpeza das secretarias e setores existentes no paço. Sendo assim, nota-se claramente, a motivação e real interesse pela qual se faz necessário a aquisição do objeto pretendido.

A aquisição de material de limpeza para as secretarias da prefeitura é crucial por várias razões:

Manutenção da Higiene e Segurança: Os espaços de trabalho precisam ser mantidos limpos e higienizados para garantir a saúde e segurança dos funcionários e do público em geral que frequentam esses locais. Isso é especialmente importante em órgãos governamentais, onde a concentração de pessoas é alta.

Cumprimento de Normas Sanitárias: As secretarias da prefeitura estão sujeita a regulamentações sanitárias e de saúde pública. A aquisição regular de material de limpeza é essencial para cumprir com essas normas e evitar potenciais infrações que poderiam resultar em multas ou fechamento temporário de instalações.

Preservação de Instalações e Equipamentos: A limpeza regular ajuda a preservar as instalações e os equipamentos da secretaria da prefeitura, prolongando sua vida útil e reduzindo a necessidade de reparos e substituições custosos. Isso resulta em economia de recursos a longo prazo.

Imagem Institucional: Uma secretaria da prefeitura limpa e bem mantida transmite uma imagem positiva da administração pública para os cidadãos e outras partes interessadas. Isso demonstra cuidado com o ambiente de trabalho e com o dinheiro dos contribuintes.

Eficiência Operacional: Dispor do material de limpeza necessário garante que as equipes encarregadas da limpeza possam realizar suas tarefas de forma eficiente e eficaz, sem interrupções devido à falta de suprimentos.

Prevenção de Doenças e Controle de Infecções: A limpeza adequada e a desinfecção regular das instalações ajudam a prevenir a propagação de doenças infecciosas, contribuindo para um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo.



Portanto, a aquisição de material de limpeza para a secretaria da prefeitura não apenas é justificada, mas também é uma medida essencial para garantir o funcionamento adequado e a imagem positiva da administração pública.

Dessa forma, justifica-se e confirma-se o interesse público em adquirir o objeto solicitado, notando-se claramente, a motivação e real interesse pela qual se faz necessário a aquisição do objeto pretendido.

3) Diretrizes que nortearão o ETP

3.1 3.1 Lei Federal nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123, de 2006 art. 1º, inc I, do Decreto Federal nº 8.538/15, Decreto Federal nº 10.273/20 e Decreto Municipal nº 101/2023.

4) Plano anual de contratação

O Município de Martins Soares - MG, no presente momento, não possui plano de contratação vigente para o exercício de 2025. Há uma previsão de desenvolvimento ao longo do segundo semestre deste ano.

5) Requisitos da contratação

5.1 Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, com redação determinada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, e art. 1º, inc I, do Decreto Federal nº 8.538/15, Decreto Federal nº 10.273/20, em razão do valor estimado, POR ITEM da licitação ser inferior a R\$80.000,00 (oitenta mil reais), **SOMENTE poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação e que se enquadrem no conceito legal de microempresa e empresa de pequeno porte regionais, assim entendidas como aquelas sediadas em municípios compreendidos na microrregião de Manhuaçu - MG, nos termos do Art. 1º, inc. I do Decreto Federal nº 8.553/2015 e alterações posteriores.**

5.2 A aplicação do critério regional se justifica pela necessidade de melhores condições de entrega, promoção do comércio local e regional, além da necessidade de fomentar os pequenos empresários e visa atender os objetivos da promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

5.3 O prazo de execução do objeto da contratação será de 12 (doze) meses, iniciado após a assinatura da ata de registro de preço, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

5.5 A entrega dos produtos, será de no máximo de 07 dias, mediante o recebimento da autorização de fornecimento e o endereço indicado na mesma.

5.6. O Município de Martins Soares se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, os PRODUTOS que apresentem algum dano, ou ainda, que não atendam as especificações constantes no edital ou da proposta comercial, cabendo à licitante contratada promover a substituição, no prazo máximo de 02 (dois) dias sob pena de



multa por atraso e/ou suspensão do contrato, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis.

5.7. Nos preços propostos deverão estar inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos, tais como: impostos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, garantias e quaisquer outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado e constante da proposta, sendo que aqueles que não forem transcritos.

5.8. É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto do presente certame, salvo em casos autorizados expressamente pela Administração, a seu critério.

5.9. Não será exigida a garantia da contratação.

6) Estimativas de quantidade, interdependências com outras contratações e valor estimado:

6.1 – Estimativas de quantidade: A previsão das secretarias para contratação do objeto, durante o período de 12 (doze).

6.2 Valor Estimado: Após levantamento, utilizou o preço da média entre Consulta do site PNCP, no mercado Local e na Ata em vigor (PREGÃO Nº 046/2023, PROCESSO Nº 0239/2023).

6.3 Interdependência com outras contratações: Não há contratações que guardam relação/afinidade com o objeto da contratação pretendida neste estudo.

ITEM	QUANTIDADE	UND	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MEDIA	VALOR TOTAL
1	50	CX	Algodão hidrófilo, caixa com 50gramas	R\$ 6,65	R\$ 332,50
2	400	UNI	Amaciante para todos os tipo de roupas. Com aspecto físico liquido viscoso concentrado, perfumado e ph entre 3,0 e 3,6. Frasco com tampa abre e fecha com lacre de rosquear. Embalagem de 2 litros cada. As embalagens deverão conter externamente os dados da identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no ministério da saúde.	R\$ 8,60	R\$ 3.440,00
3	4.000	UND	Água Sanitária: Composta de hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto de Sódio e água, teor de cloro ativo: 2,00% a 2,5% p/p, com ação alvejante, desinfetante e bactericida, com embalagem de 2 litro. Com validade mínima de 6 meses.	R\$ 4,00	R\$16.000,00



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

4	1.000	UND	Álcool em gel 70%: Álcool Etílico Hidratado 70º INPM, em gel para sépsia das mãos e braços. Frasco 500 gramas.	R\$ 9,40	R\$ 9.400,00
5	1.000	UND	Álcool líquido 96%: Embalagem de 1L cada.	R\$ 10,90	R\$10.900,00
6	100	UND	Arame p/ varal em aço de alta durabilidade, traçado e revestido em PVC. 10 metros	R\$ 4,70	R\$ 470,00
7	100	UND	Avental PVC Com forro em tecido de algodão, com tiras de fixação na parte superior e no meio do avental para ajuste ao corpo do usuário. Medidas: 0,90 x 0,70cm.Cor: Branco	R\$ 25,00	R\$ 2.500,00
8	50	UND.	Avental térmico 1,20 x 0,70 impermeabilizado alta temperatura para cozinha .de segurança confeccionado em tecido de algodão, com tratamento antichamas e impermeabilizado em silicone, costurado com linhas de para aramida, ajustável através de tiras nas costas, sem forro.cor branca.	R\$ 174,49	R\$ 8.724,50
9	100	UND	Balde c/ alça de metal. Preto, tipo construção – 12 LT	R\$ 11,50	R\$ 1.150,00
10	50	UND	Balde c/ alça de metal. Preto, tipo construção – 30 LT	R\$ 30,00	R\$ 1.500,00
11	150	ROLO	Bobina plástica picotada Reforçada 40x60cm (rolo com 500 unidades). Capacidade 5 Kg	R\$ 70,00	R\$10.500,00
12	100	PAR	Bota PVC CANO LONGO. Branca, solado antiderrapante e numeração diversas.	R\$ 69,00	R\$ 6.900,00
13	50	UNI.	BUCHINHA p/ cabelo, pacote 50 unidades, tipo xuxinha, colorida fina.	R\$ 35,00	R\$ 1.750,00
14	7	UNI.	CAIXA DE ISOPOR 100L na cor branca	R\$ 175,00	R\$ 1.225,00
15	15	UNI	Caixa de isopor 50l, na cor branca	R\$ 119,00	R\$ 1.785,00
16	30	UND	Caixa Plástica Organizadora. Transparente c/ tampa – 50 L	R\$ 119,00	R\$ 3.570,00



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

17	30	UND	Caixa plástica vazada, para hortifrúti – 50l - preto	R\$ 73,00	R\$ 2.190,00
18	30	UND	Canudo descartável flexível c/100 und	R\$ 12,00	R\$ 360,00
19	50	UND	Cera líquida 750 ml Incolor	R\$ 11,00	R\$ 550,00
20	100	UND	Cesto plástico para lixo. Telado 29x19cm	R\$ 8,50	R\$ 850,00
21	500	UND	Cloro líquido puro, embalagem de 2 l, com percentual de 4,9%	R\$ 8,00	R\$ 4.000,00
22	800	UND	Colher descartável, para refeições: branca, leitosa, pacote com 50 unidades.	R\$ 4,00	R\$ 3.200,00
23	300	UND	Condicionador infantil, para todos os tipo de cabelos, testado dermatologicamente, com agradável aroma, composto de agua, álcool cetosteárilico, cloreto de cetil trimetil amônia, álcool estearílico propoxilado, álcool cetosteárilico etoxilado, fragrância, mistura de metilisotiazolinona e metil cloro isotiazolinona e acido cítrico, produto sem corantes, embalado em frasco de 500ml com tampa tipo flip-top, devidamente identificado com informações sobre o produto e fabricante.	R\$ 18,01	R\$ 5.403,00
24	100	UND	CREME DE PENTIAIR infantil, para todos os tipos de cabelos, embalagem de 500ml	R\$ 17,50	R\$ 1.750,00
25	4.000	PCT	Copo descartável 200ml, resistente, com bordas arredondadas. Pacote com 100 unidades.	R\$ 6,90	R\$27.600,00
26	1.000	PCT	Copo descartável 50ml, para café, resistente, com borads arredondadas. Pacote com 100 unidades.	R\$ 5,25	R\$ 5.250,00
27	10	UND	Cortador de unha p/ bebês	R\$ 14,40	R\$ 144,00
28	200	UND.	Creme dental infantil, com flúor ativo de cálcio, concentração de no mínimo 1000 a 1100 ppm de flúor. Proteção de anticaries. Tubo de 180 gramas cada.	R\$ 7,75	R\$ 1.550,00
29	30	UND	Desentupidor de pia – cabo curto. Corpo em plástico anatômico. Sugador de borracha pré-moldada com formato sanfonado desenvolvido para melhor sucção.	R\$ 9,50	R\$ 285,00
30	30	UND	Desentupidor Sanitário. Cabo em madeira 55 cm Plastificado	R\$ 11,50	R\$ 345,00



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

31	3.000	UND	Desinfetante concentrado líquido 2 lts , , aspecto líquido, aplicação: desinfecção, germicida e limpeza de pisos, superfícies laváveis e instalações sanitárias. floral ou lavanda.	R\$ 7,90	R\$23.700,00
32	4.000	UND	Detergente líquido de louça, cristal, concentrado, para lavagem manual de louças, talheres, copos e utensílios em geral. Composição;/ tensoativos aniônicos, glicerina, coadjuvante, conservante, metil isotiazolin, sequestrante, espessante, corante, fragrância e veículo. Embalagem de 500ml cada.	R\$ 3,18	R\$12.720,00
33	100	Und.	Detergente neutro hiperconcentrado: para lavagem manual de louças, talheres, copos e utensílios em cozinhas industriais e limpeza em geral. Composição química: ácido dodecilbenzeno sulfônico linear, neutralizante, clarificante, sequestrante, corante, conservante e veículo. Princípio ativo: ácido dodecilbenzeno sulfônico linear a 90%. Combonas de 5 litros.	R\$ 30,00	R\$ 3.000,00
34	50	UND	Dispenser para Papel Toalha interfolhado de 2 dobras.	R\$ 68,00	R\$ 3.400,00
35	50	UND	Dispenser p/ copo plástico , de 180 a 200ml. Material: acrílico com base de inox. Com capacidade mínima de 100 unidade de copo.	R\$ 37,02	R\$ 1.851,00
36	100	UN	Escova de lavar roupa. Tamanho tradicional, corpo de madeira.	R\$ 4,69	R\$ 469,00
37	1.000	PCT	Esponja de lã de aço; Pacote 60 gramas com 8 unidades	R\$ 3,40	R\$ 3.400,00
38	1.000	PCT	Esponja de limpeza dupla face – pct com 3 und. Cada uma medindo 75x110mm.	R\$ 5,80	R\$ 5.800,00
39	500	UND	Flanela; Para limpeza de móveis, vidros e instalações. Com acabamento nas bordas, tamanho: aproximadamente de 40 x 60 cm. Cores laranja ou branca.	R\$ 3,90	R\$ 1.950,00
40	20	UND	Forminha nº 00 , pacote com 100 und.	R\$ 9,00	R\$ 180,00
41	50	PCT	Fralda descartável Tamanho P , para crianças com peso de ate 5 kg. Barreira antivazamento. Formato anatômico e cintura ajustável, recortes nas pernas, com 2 a 4 elásticos. Camada internas e externas sobrepostas, evitando seu deslocamento durante o uso, superfície uniforme. O revestimento externo filme polietileno, faixa multi ajustável de duas tiras	R\$ 80,00	R\$ 4.000,00



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

			adesivas abre/fecha, pacote hiper com no mínimo 100 und.		
42	300	PCT	Fralda descartável Tamanho M , para crianças com peso de ate 5 a 10 kg. Barreira antivazamento. Formato anatômico e cintura ajustável, recortes nas pernas, com 2 a 4 elasticos. Camada internas e externas sobrepostas, evitando seu deslocamento durante o uso, superfície uniforme. O revestimento externo filme polietileno, faixa multi ajustável de duas tiras adesivas abre/fecha, pacote hiper com no mínimo 90 und.	R\$ 80,00	R\$24.000,00
43	300	PCT	Fralda descartável Tamanho G , para crianças com peso de ate 10 a 13 kg. Barreira antivazamento. Formato anatômico e cintura ajustável, recortes nas pernas, com 2 a 4 elasticos. Camada internas e externas sobrepostas, evitando seu deslocamento durante o uso, superfície uniforme. O revestimento externo filme polietileno, faixa multi ajustável de duas tiras adesivas abre/fecha, pacote hiper com no mínimo 80 und.	R\$ 80,00	R\$24.000,00
44	400	PCT	Fralda descartável Tamanho XG , para crianças com peso acima de 13kg. Barreira antivazamento. Formato anatômico e cintura ajustável, recortes nas pernas, com 2 a 4 elasticos. Camada internas e externas sobrepostas, evitando seu deslocamento durante o uso, superfície uniforme. O revestimento externo filme polietileno, faixa multi ajustável de duas tiras adesivas abre/fecha, pacote hiper com no mínimo 70 und.	R\$ 80,00	R\$32.000,00
45	300	PCT	Fralda descartável Tamanho XXG , para crianças com peso de ate 12 a 25 kg. Barreira antivazamento. Formato anatômico e cintura ajustável, recortes nas pernas, com 2 a 4 elasticos. Camada internas e externas sobrepostas, evitando seu deslocamento durante o uso, superfície uniforme. O revestimento externo filme polietileno, faixa multi ajustável de duas tiras adesivas abre/fecha, pacote hiper com no mínimo 56 und.	R\$ 80,00	R\$24.000,00
46	300	UND	Fronha 100% algodão , cor branca 50x70cm	R\$ 19,50	R\$ 5.850,00



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

47	300	UND	Garfo descartável , para refeições, na cor branco leitoso, pacote com 50 unidades	R\$ 5,50	R\$ 1.650,00
48	300	UND	Garfo descartável , reforçado para refeições: garfo descartável na cor branco, leitoso, pacote com 50 unidades.	R\$ 5,50	R\$ 1.650,00
49	300	PCT	Guardanapos de papel , branco, absorvente, medindo 20x21cm, pacote com 50 unidades.	R\$ 3,00	R\$ 900,00
50	100	UND	Hastes flexíveis , possuem pontas de puro algodão que não se desprendem sob condições normais de uso; composição: hastes de polipropileno, algodão hidrófilo tratado com carboximetilcelulose e bactericida, c/ 75 unidades	R\$ 3,39	R\$ 339,00
51	250	UND	Inseticida Aerosol 395ml , ação total. Com ação rápida, em poucos segundos mata baratas e mosquitos/pernilongos, formigas, carapañas, muriçocas e moscas. Mata também o mosquito que pode transmitir a Dengue, o Zika Vírus e a Febre Chikungunya.	R\$ 17,50	R\$ 4.375,00
52	200	UND	Isqueiro , gás inflamável sob pressão.	R\$ 5,50	R\$ 1.100,00
53	100	UND	Kit infantil para cabelos , contem shampoo 480ml, que não irrita os olhos e condicionador de 480 ml.	R\$ 27,20	R\$ 2.720,00
54	200	UND	Lençol de solteiro branco de malha com elástico 0,88 m x 1,88 x 0,20m, para cobrir.	R\$ 63,00	R\$12.600,00
55	200	UND	Lençol branco - 90cm x 1,90 m, para cobrir	R\$ 61,50	R\$12.300,00
56	200	UND.	Lençol branco – de baixo , para berço de malha com elástico – 1,65x1,10m	R\$ 58,00	R\$11.600,00
57	200	UND.	Lençol branco de cima para berço , 1,45 x 1,05 .	R\$ 64,00	R\$12.800,00
58	300	UND	Limpa vidros tradicional . Com álcool – embalagem 500 ml	R\$ 8,30	R\$ 2.490,00
59	3.000	UND	Limpador Multiuso – Embalagem com 500 ml. Com tampa tipo jato.	R\$ 6,00	R\$18.000,00



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

60	2.000	UND	Limpador limpeza pesada, com cloro ativo 1L. Sem adição de nenhuma acido na composição, com cloro ativo na composição. Tampa de rosca	R\$ 13,85	R\$27.700,00
61	100	UND	Limpa piso, cerâmicas e azulejos. Embalagem de 1 kg, tradicional, composição: acido sulfúrico, coadjuvante, tesoativo não iônico.	R\$ 10,00	R\$ 1.000,00
62	30	UND	Lixeira c/ pedal e tampa p/ cozinha 12 L – Cor branca	R\$ 38,50	R\$ 1.155,00
63	50	UND	Lixeira c/pedal e tampa em plástico rígido – 100 L	R\$ 280,00	R\$14.000,00
64	50	UND	Lixeira retangular c/pedal e tampa para cozinha – 50 L	R\$ 183,00	R\$ 9.150,00
65	400	PAR	Luva de borracha, mucambo diversos tamanhos.	R\$ 7,80	R\$ 3.120,00
66	10	UND	Mangueira para jardins ¾ rolo com 50 metros	R\$ 212,00	R\$ 2.120,00
67	70	UND	Pá de plástico: Pá para coleta de Lixo em plástico resistente, com cabo de madeira LONGO encapada com plástico.	R\$ 10,50	R\$ 735,00
68	100	UND	Palha de Aço nº01, 25 g. palha macia e aço de carbono	R\$ 3,00	R\$ 300,00
69	70	UND.	PALITO DE DENTE (caixa com 100 unidades).	R\$ 2,25	R\$ 157,50
70	300	UND	Palito de Picolé, embalagem com no mínimo 50 unidade.	R\$ 6,00	R\$ 1.800,00
71	350	UND	Palito para churrasco, embalagem com no mínimo 50 unidades.	R\$ 6,99	R\$ 2.446,50
72	1.500	UND	Pano de chão, saco alvejado, 50 x 70 cm, 100% algodão. BRANCO.	R\$ 7,99	R\$11.985,00
73	500	UND	Pano de Prato, em tecido encorpado 100% algodão, embanhado nas laterais, absorvente, lavável e durável, na cor branca. Com aproximadamente 50cm x70cm	R\$ 6,40	R\$ 3.200,00
74	50	UND	Papel alumínio, 30x 100m	R\$ 50,50	R\$ 2.525,00
75	20	UND.	Pente para cabelo de plástico resistente, tamanho médio com cabo anatômico	R\$ 9,00	R\$ 180,00
76	400	FD	Papel Higiênico Rolão: Branco, rolo com 300 metros, fardo com 8.	R\$ 79,00	R\$31.600,00
77	300	FD	Papel Higiênico: 30 metros, folha dupla branco, macia, absorvente, consistente. Fardo com 16 pct, c/4 rolos cada.	R\$ 136,30	R\$40.890,00



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

78	300	PCT	Papel toalha com 2 rolos, branco e absorventes.	R\$ 6,75	R\$ 2.025,00
79	50	UND	Pino de segurança para panela de pressão, de tamanhos variados, e boa qualidade.	R\$ 9,40	R\$ 470,00
80	1.000	PCT	Prato de isopor 15 cm fundo, tipo cumbuca, pacote com 20 unidades, com 15 cm de diâmetro e 5 de profundidade.	R\$ 28,00	R\$28.000,00
81	500	PCT	Prato descartável, medida de 23cm, tipo refeição, pacote com 10 unidades.	R\$ 6,00	R\$ 3.000,00
82	200	PCT	Prato descartável, medida de 15cm, tipo sobremesa, pacote com 10 unidades.	R\$ 4,09	R\$ 818,00
83	100	PCT	Pregador de roupas de madeira, com 12 und, fabricado de madeira e metal	R\$ 4,90	R\$ 490,00
84	100	PCT	Prendedor/ pregador de roupas modelo "capricho", dúzias, feito em polímero resistente e elástico, não danifica o tecido. Material resistente, leve e prático, tamanho econômico – 7 cm x 2,2 cm x 1cm cada peça, cores variadas	R\$ 7,90	R\$ 790,00
85	400	UND	Ratoeira adesiva – Não tóxica. 25,5 x 18,5cm.	R\$ 7,50	R\$ 3.000,00
86	50	UND	Rodinho branco para pia de cozinha	R\$ 8,40	R\$ 420,00
87	100	UND	Rodo de Plástico: Em plástico resistente com borracha de 40 cm e com cabo de madeira encapada com plástico.	R\$ 15,50	R\$ 1.550,00
88	200	UND	Rodo de Plástico: Em plástico resistente com borracha de 60 cm e com cabo de madeira encapada com plástico.	R\$ 22,00	R\$ 4.400,00
89	600	PCT	Sabão em Barra Glicerinado neutro com alto poder desengordurante. Multiuso 180gr pacote com 5 unidades. Aspecto: barra sólida translúcida. Cor: castanho; componente: sais de ácidos graxos e coadjuvantes.	R\$ 17,49	R\$10.494,00
90	1.500	CX	Sabão em pó: Embalagem caixa de papel 1 kg cada, que tem clareador e com registro junto ao Ministério de Saúde. Composição: alquilbenzeno sulfonato de sódio linear, carbonato de sódio, tripolifosfato de sódio, sulfato de sódio, silicato de sódio, 4,4 bis (2 sufoestiril bifenil dissodico), pigmento azul 158, enzima, cmc, perfume e água. Contem;/ tensoativo biodegradável.	R\$ 14,50	R\$21.750,00
91	300	UND.	Sabonete barra glicerinado infantil, barra de 70 a 90 g, testado dermatologicamente.	R\$ 7,73	R\$ 2.319,00
92	50	GL	Sabonete líquido perolado – galão de 5 litros: Sabonete líquido Perolado indicado para a lavagem das mãos com aspecto perolado e substâncias neutras de limpeza, com agradável aroma Erva Doce. Pode ser utilizado em todos os ramos de atividade que se preocupam com a higienização	R\$ 55,90	R\$ 2.795,00



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

93	10	UND	Saboneteira com reservatório: Saboneteira em plástico ABS com reservatório.	R\$ 72,00	R\$ 720,00
94	300	PCT	Saco para hot dog, pacote com 50 unidades.	R\$ 5,00	R\$ 1.500,00
95	50	PCT	Saco para hambúrguer, pacote de 50 und	R\$ 5,00	R\$ 250,00
96	400	PCT	Saco para lixo 100 lts: Saco para lixo cor preto com capacidade de 100 litros, tamanho 70x95cm 8 micras, em conformidade com as normas da ABNT. Pacote com 100 unidades.	R\$ 88,00	R\$35.200,00
97	200	PCT	Saco para lixo 200 lts: Saco para lixo cor preto com capacidade de 200 litros, tamanho 90x120cm 8 micras, em conformidade com as normas da ABNT. Pacote com 100 unidades.	R\$ 99,50	R\$19.900,00
98	200	PCT	Saco para lixo 40 lts: Saco para lixo cor preto com capacidade de 40 litros, 8 micras, em conformidade com as normas da ABNT. Pacote com 100 unidades.	R\$ 64,80	R\$12.960,00
99	300	PCT	Saco para lixo 60 lts: Saco para lixo cor preto com capacidade de 60 litros, 8 micras, em conformidade com as normas da ABNT. Pacote com 100 unidades.	R\$ 76,90	R\$23.070,00
100	200	PCT	Saco para pipoca, papel resistente, tamanho 15cm altura, 10 cm de largura, cor branca. Com 500 und.	R\$ 17,40	R\$ 3.480,00
101	50	PCT	Saco plástico (para sacola surpresa), saco pp, incolor com detalhes infantis medindo aproximadamente 15x 25cm, pacote com 100 unidades..	R\$ 47,90	R\$ 2.395,00
102	70	UND	Sacola plástica, verde escura reforçada, tipo camiseta 45x60cm, pacote com 5 kg	R\$ 65,80	R\$ 4.606,00
103	200	UND	SHAMPOO INFANTIL, indicado para todos os tipos de cabelos, testado dermatologicamente, com agradável aroma, composto de agua, laurel éter sulfato de sódio, cocoamidopropil betaina, laurato de sorbimacrogol 80, cloreto de sódio, diestearato de polietilenoglicol, dietanolamina de ácidos graxos de coco, fragancia, mistura de metil isotiazolina e metil cloro isotiazolinona, acido cítrico e edta sissodico, embalado em fraco de 500ml, com tampa tipo flip-top, devidamente identificado com informações dobre o produto e fabricante.	R\$ 18,87	R\$ 3.774,00
104	50	UND	Soda caustica em escamas, chamada de hidróxido de sódio anidro, produzida a partir do processo de evaporação da soda caustica liquida, da fusão do produto anidro e do processo de descamação. Embalagem de 1 kg	R\$ 27,00	R\$ 1.350,00
105	30	UND	Talco suave 200g. magnesium, carbonato e fraganse	R\$ 25,00	R\$ 750,00
106	50	UND	Tapete de piso 100% algodão, 50 x 70 cm	R\$ 35,00	R\$ 1.750,00



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

107	500	UND	Toalha de banho 80x 1,40 cm , na cor branca de boa qualidade	R\$ 41,00	R\$20.500,00
108	300	UND	Toalhas de rosto, 50x 80 cm , na cor branca de boa qualidade	R\$ 19,90	R\$ 5.970,00
109	1.000	UND	Toalhas umedecidas, testado dermatologicamente contendo 100 und. Em cada, não contendo álcool. Com toque suave.	R\$ 15,99	R\$15.990,00
110	200	FD	Toalha de Papel (com 1000): Papel Toalha folha branca, interfolhadas 02 dobras. Medidas 20,5 x 20cm. Fardo com 1.000 folhas.	R\$ 17,00	R\$ 3.400,00
111	200	PCT	Toucas descartáveis: de TNT sanfonada, na cor branca, com elástico duplo, fabricada em 100% polipropileno, atóxica, pacote com 100 unidades.	R\$ 19,70	R\$ 3.940,00
112	50	UND	Válvula para panela de pressão, de tamanhos variados.	R\$ 11,00	R\$ 550,00
113	200	UND	Vassoura de nylon, doméstica, cepa e cerdas em polipropileno medindo 26x5x5cm, com 200 cerdas por tufo, macia, tipo lisa, cepa pesando 240g, cabo de madeira revestida de polipropileno de alta densidade, rosca em polietileno.	R\$ 14,50	R\$ 2.900,00
114	150	UND	Vassoura de Pêlo: (De crina animal). Estrutura de madeira, de 60 cm, com cabo de madeira, sem trincas e de primeira qualidade.	R\$ 45,00	R\$ 6.750,00
115	200	UND	Vassoura de piaçava: Número 05, 40 cm corpo em lata com cabo de madeira 1,40m reforçado e cerdas bem fixadas e resistentes.	R\$ 20,50	R\$ 4.100,00
116	600	UND	Vassoura para Gari, 40 cm, cepas parafusadas. Com cabo de madeira reforçado e cerdas bem fixadas e resistentes.	R\$ 31,00	R\$18.600,00
117	100	UND	Vassoura para vaso: De fibra de nylon, para limpeza de vaso sanitário, com cabo plástico resistente e cerdas plásticas arredondadas. Com suporte	R\$ 10,00	R\$ 1.000,00
118	200	UND	Vela para filtro, de barro.	R\$ 8,50	R\$ 1.700,00
119	15	UND	Luva de segurança de aço inox, para proteção das mãos do usuário contra cortes por facas manuais e objetos cortantes similares. Tamanho a definir	R\$ 272,40	R\$ 4.086,00
120	50	UND	Luva Térmica para altas temperaturas, uso em cozinha, cinco dedos, punho longo 45cm. EPI com certificado de aprovação CA.	R\$ 40,20	R\$ 2.010,00

VALOR TOTAL: R\$ 826.054,00 (oitocentos e vinte e seis mil e cinquenta e quatro reais).



7) Descrição da solução como um todo:

7.1. A contratação será realizada por meio de pregão, na sua forma eletrônica, pelo Procedimento Auxiliar de Registro de Preços.

7.2. O pregão eletrônico é conhecido por sua rapidez e eficiência na condução dos processos licitatórios. Com a utilização dessa modalidade, é possível reduzir significativamente os prazos de contratação, agilizando todo o procedimento desde a fase de preparação do edital até a adjudicação do vencedor.

7.3. O pregão eletrônico permite ainda a participação de um número maior de potenciais fornecedores, promovendo uma maior concorrência entre os interessados. Isso resulta em uma ampla oferta de propostas e possibilita a contratação do fornecedor que apresentar as melhores condições de qualidade, preço.

7.4. A modalidade também proporciona maior transparência no processo licitatório, pois todas as etapas são realizadas por meio de plataformas eletrônicas que registram e documentam as ações dos participantes. Dessa forma, é assegurado o acesso igualitário às informações e garantida a igualdade de condições a todos os licitantes.

7.5. A modalidade de pregão eletrônico favorece a obtenção de preços mais competitivos e propostas vantajosas para a Administração Pública. A ampla concorrência, aliada à transparência do processo, estimula os fornecedores a apresentarem propostas mais vantajosas, resultando em economia de recursos públicos.

7.6. O pregão eletrônico segue uma legislação específica e possui regras bem definidas, o que contribui para a padronização e simplificação dos procedimentos licitatórios. Isso facilita a gestão e reduz a possibilidade de erros ou falhas, tornando o processo mais eficiente e seguro.

7.7. Será adotado o Sistema de Registro de Preços, haja vista a conveniência do fornecimento do objeto com previsão de serem de forma parcelados conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzir os custos necessários. Pois, esse possui uma vasta gama de vantagens, principalmente ao permitir a evolução significativa do planejamento das atividades de infraestrutura da Administração. Ademais, a opção pelo Sistema de Registro de Preço originário de Pregão Eletrônico, é a mais viável, pois possui características vantajosas para a administração pública, por exemplo o fato da existência de facultatividade na contratação dos produtos ou serviços do objeto licitado, sendo assim, a Administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis.

7.8. Essas justificativas reforçam a escolha da modalidade de pregão eletrônico como uma opção adequada e vantajosa, garantindo a seleção de fornecedores qualificados, transparência no processo e a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

8) Justificativas para o parcelamento ou não da solução

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente



vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado. Em vista disto, o princípio do parcelamento deverá ser aplicado à presente contratação, uma vez que o registro de preços além de não gerar um custo alto pois não vincula despesa antes da aquisição dos itens nas quantidades necessárias ainda se beneficia uma vez que a Prefeitura Municipal de Martins Soares não possui espaço físico para o armazenamento de todos os itens em sua totalidade, sendo assim as requisições controladas de acordo com o consumo.

9) Resultados pretendidos ante a economicidade e eficiência

Com a presente contratação objetiva-se alcançar os seguintes benefícios em termos de economia, eficácia, eficiência e melhor utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros existentes, além de sustentabilidade ambiental:

Os resultados esperados com essa contratação dizem respeito aos seguintes aspectos:

- Garantir o fornecimento de materiais de qualidade, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade;
- Rapidez no atendimento a demanda da secretaria;
- Integração no atendimento a demanda da secretaria;
- Garantir o pleno atendimento do objeto e a boa execução dos serviços de limpeza com padrões de qualidade, eficiência, sustentabilidade e produtividade mínima atendidos;
- Assegurar um ambiente de ensino e trabalho agradável à boa execução das atividades institucionais para a prestação do serviço público com qualidade e excelência;
- Contribuir para a adequada preservação do patrimônio público, com conservação da estrutura física da instituição através da limpeza constante para minimizar os impactos da depreciação natural.

10) Providências prévias à celebração do contrato e contratações correlatas e/ou interdependentes

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração. Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- a) elaboração de minuta do edital;
- b) realização de certificação de disponibilidade orçamentária;
- c) designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso);
- d) elaboração de minuta do contrato;
- e) encaminhamento do processo para análise jurídica;
- f) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- g) publicação e divulgação do edital e anexos;
- h) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- i) realização do certame, com suas respectivas etapas;
- j) realização de empenho;
- l) assinatura e publicação do contrato.



Em relação ao recebimento definitivo dos materiais e posterior ateste na nota fiscal, é sabido que servidores, que realizarem o(s) pedido(s), deverão verificar o cumprimento das exigências estabelecidas no Edital.

Cabe ressaltar que, após a homologação das Atas de Registro de Preços, cada Coordenação de Licitações deverá comunicar e enviar para os requerentes responsáveis pelo planejamento da aquisição dos materiais objeto deste estudo, as referidas Atas, bem como, o Termo de Referência do certame.

11) Possíveis impactos ambientais

A aquisição de materiais de limpeza e higienização é necessária para o bom andamento das atividades institucionais, por isso é de suma importância que os materiais utilizados tenham especificações ambientáveis sustentáveis em suas características, com o intuito de minimizar possíveis impactos ambientais gerados por produtos com especificações inadequadas.

É de grande importância o armazenamento e o monitoramento adequado, não permitindo o vazamento dos produtos, evitando incêndios ou danos à saúde e ao patrimônio físico ou da natureza. Exigir o uso do veículo transportador, com obediência a legislação pertinente, para preservação e uso seguro do objeto. A logística reversa, é prática necessária e segura, promovendo ciclos de armazenagem dos produtos, evitando a reutilização de embalagens e descarte, conforme se observam as leis ambientais

12) Conclusão sobre a solução da demanda de contratação

Diante do exposto, foi possível concluir que os estudos preliminares evidenciaram pela possibilidade de contratação do item descrito acima, bem como adequada às necessidades desta Administração. Por fim, havendo a previsão e viabilidade financeira, entende-se como viável e razoável a contratação por meio de um processo Licitatório eletrônico, descrito neste ETP para atender ao interesse público.

Martins Soares, 24 de Fevereiro de 2025.

Carolina Huebra Dias
Chefe do Departamento Municipal de Educação

OBSERVAÇÃO: O presente anexo é a transcrição idêntica do Estudo Técnico Preliminar apresentado no início da fase preparatória.



Anexo III
TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo: nº 023/2025

Pregão Eletrônico nº: 002/2025

Procedimento Auxiliar de Registro de Preços nº 005/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

1.1. O Termo de Referência tem por objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento/aquisição de Material de Limpeza, higiene pessoal, embalagens e descartáveis, com intuito de atender as necessidades das secretarias, conforme especificações contantes no Termo de Referências;

1.2. O objeto do presente termo de referência destina-se a atender a seguinte finalidade, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento: esclarecer aquilo que realmente precisa, trazendo a definição do objeto e os demais elementos necessários à sua perfeita contratação e execução.

1.3. O objeto desta contratação é caracterizado como bem comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

1.4. Vigência da Ata:

- *12 (doze), a partir da data de assinatura da Ata, observando o disposto nos arts. 105 e 160 da Lei 14133/2021 e arts. 228 e 229 do Decreto Municipal nº 101/2023 de regulamentação consolidada da Lei 14133/2021.*

1.5. O contrato observará a minuta integrante do edital, as normas gerais estabelecidas pela Lei 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 101/2023, disponível em www.martinssoares.mg.gov.br

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação decorre da demanda da Administração, para aquisição de Material de Limpeza, higiene pessoal, embalagens e descartáveis, conforme consta do Estudo Técnico Preliminar, que indicou a viabilidade técnica e financeira da solução proposta.

2.2 Plano de Contratação: O Município de Martins Soares - MG, no presente momento, não possui plano de contratação vigente para o exercício de 2025. Há uma previsão de desenvolvimento ao longo do segundo semestre desse ano.



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1. Adoção do procedimento auxiliar de registro de preços face às peculiaridades já definidas no ETP; 3.2. Adoção da modalidade pregão na forma eletrônica, condicionando-se memoriais descritivos ou padrões de qualidade e desempenho padronizados neste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

- 4.1 – Os requisitos da contratação encontra-se pormenorizadas em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 5.1.1 Conforme necessidade da administração e Cronograma de realização dos serviços.

Local da prestação dos serviços

- 5.2 dentro dos limites do município de Martins Soares - MG.

Materiais a serem disponibilizados

- 5.3. Conforme especificações técnicas e Planilha de Custos e Formação de Preços.

6 - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

- 6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa.

Forma de pagamento

6. 2. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1 Executar as entregas dos itens conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, dentro dos limites do município;
7.2 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem



vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados conforme artigo 119 da lei federal 14.133/2021;

7.3 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Município ou a terceiros;

7.4 Comunicar ao fiscal de contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que exceda o prazo de entrega;

7.5 Observar o caráter compulsório do contido no inciso III do caput do art. 14 da Lei nº 14.133/2021 sob pena de configurar infração ao contrato, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis no âmbito judicial;

7.6 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

7.7 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Administração;

7.8 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;

8 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

a. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

9 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 A gestão e fiscalização e contrato observará o regulamento de aplicação da Lei 14133/2021 - Decreto Municipal nº 101/2023, disponível em www.martinssoares.mg.gov.br, especialmente as regras atinentes à execução contratual e à gestão e fiscalização contratual.



9.2 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.4 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o Art. 158 da Lei 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.5 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

9.5.1. A fiscalização da prestação dos serviços será exercida nos termos da legislação vigente.

9.6 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados conforme artigo 119 da lei federal 14.133/2021;

10 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

101. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR VALOR POR ITEM**.

10.2 Não será permitido a participação de empresas reunidas em consórcio, pois a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação, são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, não sendo o caso da presente licitação.

11 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

11.1 O critério de aceitabilidade de preços será o MENOR VALOR POR ITEM, estimado para a contratação.

10.2.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, planilha que contenha o preço por item, os quantitativos e os preços unitários, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (Art. 59, §3 da lei 14.133/2021) e Decreto Municipal nº 101/2023, disponível em www.raulsoares.mg.gov.br



12 - EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

12.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

12.2 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede

12.3 **Microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.4 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.5 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme IN DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

12.6 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.7 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.8 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

12.10 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.11 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante



apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

12.12 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.13 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.14 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.15 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrato ou concorre;

12.16 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.17 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros dos contribuintes estadual e municipal.

13 A Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) emitida pelo Ministério da

Saúde (ANVISA) para **Armazenamento, Distribuição e Expedição de Saneantes, tanto para atacadista quanto para varejista** para os itens: 02, 03, 04, 05, 19, 21, 31, 32, 33, 51, 58, 59, 60, 61, 89, 90, 104 e a Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) emitida pelo Ministério da Saúde (ANVISA) para **Armazenamento, Distribuição e Expedição de Cosméticos, tanto para atacadista quanto para varejista**, para os itens: 23, 24, 28, 41, 42, 44, 45, 53, 91, 92, 103, 109.

Qualificação Econômico-financeira

13.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea c, da IN SEGES/ME nº 116 de 2021), ou de sociedade simples;



13.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

13.3 Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I) Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II) Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante);e

III) Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) /(Passivo Circulante).

13.4 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **capital mínimo de 10% (dez por centos) do valor total estimado da contratação.**

13.5 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

13.6 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133/2021, art. 69, §6º)

13.7 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação técnico

12.25 Apresentação, por parte da contratada, de pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnico-operacional, compatível com características similares ao objeto a ser contratado;

14 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1 O valor total estimado é de R\$ 826.054,00 (oitocentos e vinte e seis mil e cinquenta e quatro reais) conforme relação abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UND	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MEDIA	VALOR TOTAL
1	50	CX	Algodão hidrófilo, caixa com 50gramas	R\$ 6,65	R\$ 332,50



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

2	400	UNI	Amaciante para todos os tipo de roupas. Com aspecto físico liquido viscoso concentrado, perfumado e ph entre 3,0 e 3,6. Frasco com tampa abre e fecha com lacre de rosquear. Embalagem de 2 litros cada. As embalagens deverão conter externamente os dados da identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no ministério da saúde.	R\$ 8,60	R\$ 3.440,00
3	4.000	UND	Água Sanitária: Composta de hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto de Sódio e água, teor de cloro ativo: 2,00% a 2,5% p/p, com ação alvejante, desinfetante e bactericida, com embalagem de 2 litro. Com validade mínima de 6 meses.	R\$ 4,00	R\$16.000,00
4	1.000	UND	Álcool em gel 70%: Álcool Etílico Hidratado 70º INPM, em gel para sépsia das mãos e braços. Frasco 500 gramas.	R\$ 9,40	R\$ 9.400,00
5	1.000	UND	Álcool líquido 96%: Embalagem de 1L cada.	R\$ 10,90	R\$10.900,00
6	100	UND	Arame p/ varal em aço de alta durabilidade, traçado e revestido em PVC. 10 metros	R\$ 4,70	R\$ 470,00
7	100	UND	Avental PVC Com forro em tecido de algodão, com tiras de fixação na parte superior e no meio do avental para ajuste ao corpo do usuário. Medidas: 0,90 x 0,70cm.Cor: Branco	R\$ 25,00	R\$ 2.500,00
8	50	UND.	Avental térmico 1,20 x 0,70 impermeabilizado alta temperatura para cozinha .de segurança confeccionado em tecido de algodão, com tratamento antichamas e impermeabilizado em silicone, costurado com linhas de para aramida, ajustável através de tiras nas costas, sem forro.cor branca.	R\$ 174,49	R\$ 8.724,50
9	100	UND	Balde c/ alça de metal. Preto, tipo construção – 12 LT	R\$ 11,50	R\$ 1.150,00
10	50	UND	Balde c/ alça de metal. Preto, tipo construção – 30 LT	R\$ 30,00	R\$ 1.500,00
11	150	ROLO	Bobina plástica picotada Reforçada 40x60cm (rolo com 500 unidades). Capacidade 5 Kg	R\$ 70,00	R\$10.500,00
12	100	PAR	Bota PVC CANO LONGO. Branca, solado antiderrapante e numeração diversas.	R\$ 69,00	R\$ 6.900,00



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

13	50	UNI.	BUCHINHA p/ cabelo , pacote 50 unidades, tipo xuxinha, colorida fina.	R\$ 35,00	R\$ 1.750,00
14	7	UNI.	CAIXA DE ISOPOR 100L na cor branca	R\$ 175,00	R\$ 1.225,00
15	15	UNI	Caixa de isopor 50l , na cor branca	R\$ 119,00	R\$ 1.785,00
16	30	UND	Caixa Plástica Organizadora . Transparente c/ tampa – 50 L	R\$ 119,00	R\$ 3.570,00
17	30	UND	Caixa plástica vazada , para hortifrúti – 50l - preto	R\$ 73,00	R\$ 2.190,00
18	30	UND	Canudo descartável flexível c/100 und	R\$ 12,00	R\$ 360,00
19	50	UND	Cera líquida 750 ml Incolor	R\$ 11,00	R\$ 550,00
20	100	UND	Cesto plástico para lixo . Telado 29x19cm	R\$ 8,50	R\$ 850,00
21	500	UND	Cloro líquido puro , embalagem de 2 l, com percentual de 4,9%	R\$ 8,00	R\$ 4.000,00
22	800	UND	Colher descartável , para refeições: branca, leitosa, pacote com 50 unidades.	R\$ 4,00	R\$ 3.200,00
23	300	UND	Condicionador infantil , para todos os tipo de cabelos, testado dermatologicamente, com agradável aroma, composto de agua, álcool cetoestearílico, cloreto de cetil trimetil amônia, álcool estearílico propoxilado, álcool cetoestearílico etoxilado, fragrância, mistura de metilisotiazolinona e metil cloro isotiazolinona e acido cítrico, produto sem corantes, embalado em frasco de 500ml com tampa tipo flip-top, devidamente identificado com informações sobre o produto e fabricante.	R\$ 18,01	R\$ 5.403,00
24	100	UND	CREME DE PENTIAR infantil, para todos os tipos de cabelos, embalagem de 500ml	R\$ 17,50	R\$ 1.750,00
25	4.000	PCT	Copo descartável 200ml , resistente, com bordas arredondadas. Pacote com 100 unidades.	R\$ 6,90	R\$27.600,00
26	1.000	PCT	Copo descartável 50ml , para café, resistente, com borads arredondadas. Pacote com 100 unidades.	R\$ 5,25	R\$ 5.250,00
27	10	UND	Cortador de unha p/ bebes	R\$ 14,40	R\$ 144,00



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

28	200	UND.	Creme dental infantil , com flúor ativo de cálcio, concentração de no mínimo 1000 a 1100 ppm de flúor. Proteção de anticaries. Tubo de 180 gramas cada.	R\$ 7,75	R\$ 1.550,00
29	30	UND	Desentupidor de pia – cabo curto. Corpo em plástico anatômico. Sugador de borracha pré-moldada com formato sanfonado desenvolvido para melhor sucção.	R\$ 9,50	R\$ 285,00
30	30	UND	Desentupidor Sanitário. Cabo em madeira 55 cm Plastificado	R\$ 11,50	R\$ 345,00
31	3.000	UND	Desinfetante concentrado líquido 2 lts , , aspecto líquido, aplicação: desinfecção, germicida e limpeza de pisos, superfícies laváveis e instalações sanitárias. floral ou lavanda.	R\$ 7,90	R\$23.700,00
32	4.000	UND	Detergente líquido de louça, cristal, concentrado, para lavagem manual de louças, talheres, copos e utensílios em geral. Composição;/: tensoativos aniônicos, glicerina, coadjuvante, conservante, metil isotiazolin, sequestrante, espessante, corante, fragrância e veículo. Embalagem de 500ml cada.	R\$ 3,18	R\$12.720,00
33	100	Und.	Detergente neutro hiperconcentrado: para lavagem manual de louças, talheres, copos e utensílios em cozinhas industriais e limpeza em geral. Composição química: ácido dodecilbenzeno sulfônico linear, neutralizante, clarificante, sequestrante, corante, conservante e veículo. Princípio ativo: ácido dodecilbenzeno sulfônico linear a 90%. Combonas de 5 litros.	R\$ 30,00	R\$ 3.000,00
34	50	UND	Dispenser para Papel Toalha interfolhado de 2 dobras.	R\$ 68,00	R\$ 3.400,00
35	50	UND	Dispenser p/ copo plástico , de 180 a 200ml. Material: acrílico com base de inox. Com capacidade mínima de 100 unidade de copo.	R\$ 37,02	R\$ 1.851,00
36	100	UN	Escova de lavar roupa. Tamanho tradicional, corpo de madeira.	R\$ 4,69	R\$ 469,00
37	1.000	PCT	Esponja de lã de aço; Pacote 60 gramas com 8 unidades	R\$ 3,40	R\$ 3.400,00
38	1.000	PCT	Esponja de limpeza dupla face – pct com 3 und. Cada uma medindo 75x110mm.	R\$ 5,80	R\$ 5.800,00
39	500	UND	Flanela; Para limpeza de móveis, vidros e instalações. Com acabamento nas bordas, tamanho: aproximadamente de 40 x 60 cm. Cores laranja ou branca.	R\$ 3,90	R\$ 1.950,00



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

40	20	UND	Forminha nº 00 , pacote com 100 und.	R\$ 9,00	R\$ 180,00
41	50	PCT	Fralda descartável Tamanho P , para crianças com peso de ate 5 kg. Barreira antivazamento. Formato anatômico e cintura ajustável, recortes nas pernas, com 2 a 4 elasticos. Camada internas e externas sobrepostas, evitando seu deslocamento durante o uso, superfície uniforme. O revestimento externo filme polietileno, faixa multi ajustável de duas tiras adesivas abre/fecha, pacote hiper com no mínimo 100 und.	R\$ 80,00	R\$ 4.000,00
42	300	PCT	Fralda descartável Tamanho M , para crianças com peso de ate 5 a 10 kg. Barreira antivazamento. Formato anatômico e cintura ajustável, recortes nas pernas, com 2 a 4 elasticos. Camada internas e externas sobrepostas, evitando seu deslocamento durante o uso, superfície uniforme. O revestimento externo filme polietileno, faixa multi ajustável de duas tiras adesivas abre/fecha, pacote hiper com no mínimo 90 und.	R\$ 80,00	R\$24.000,00
43	300	PCT	Fralda descartável Tamanho G , para crianças com peso de ate 10 a 13 kg. Barreira antivazamento. Formato anatômico e cintura ajustável, recortes nas pernas, com 2 a 4 elasticos. Camada internas e externas sobrepostas, evitando seu deslocamento durante o uso, superfície uniforme. O revestimento externo filme polietileno, faixa multi ajustável de duas tiras adesivas abre/fecha, pacote hiper com no mínimo 80 und.	R\$ 80,00	R\$24.000,00
44	400	PCT	Fralda descartável Tamanho XG , para crianças com peso acima de 13kg. Barreira antivazamento. Formato anatômico e cintura ajustável, recortes nas pernas, com 2 a 4 elasticos. Camada internas e externas sobrepostas, evitando seu deslocamento durante o uso, superfície uniforme. O revestimento externo filme polietileno, faixa multi ajustável de duas tiras adesivas abre/fecha, pacote hiper com no mínimo 70 und.	R\$ 80,00	R\$32.000,00
45	300	PCT	Fralda descartável Tamanho XXG , para crianças com peso de ate 12 a 25 kg. Barreira antivazamento. Formato anatômico e cintura ajustável, recortes nas pernas, com 2 a 4 elasticos. Camada internas e externas sobrepostas, evitando seu deslocamento durante o uso, superfície uniforme. O revestimento externo filme polietileno, faixa	R\$ 80,00	R\$24.000,00



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

			multi ajustável de duas tiras adesivas abre/fecha, pacote hiper com no mínimo 56 und.		
46	300	UND	Fronha 100% algodão , cor branca 50x70cm	R\$ 19,50	R\$ 5.850,00
47	300	UND	Garfo descartável , para refeições, na cor branco leitoso, pacote com 50 unidades	R\$ 5,50	R\$ 1.650,00
48	300	UND	Garfo descartável , reforçado para refeições: garfo descartável na cor branco, leitoso, pacote com 50 unidades.	R\$ 5,50	R\$ 1.650,00
49	300	PCT	Guardanapos de papel , branco, absorvente, medindo 20x21cm, pacote com 50 unidades.	R\$ 3,00	R\$ 900,00
50	100	UND	Hastes flexíveis , possuem pontas de puro algodão que não se desprendem sob condições normais de uso; composição: hastes de polipropileno, algodão hidrófilo tratado com carboximetilcelulose e bactericida, c/ 75 unidades	R\$ 3,39	R\$ 339,00
51	250	UND	Inseticida Aerosol 395ml , ação total. Com ação rápida, em poucos segundos mata baratas e mosquitos/pernilongos, formigas, carapañas, muriçocas e moscas. Mata também o mosquito que pode transmitir a Dengue, o Zika Vírus e a Febre Chikungunya.	R\$ 17,50	R\$ 4.375,00
52	200	UND	Isqueiro , gás inflamável sob pressão.	R\$ 5,50	R\$ 1.100,00
53	100	UND	Kit infantil para cabelos , contem shampoo 480ml, que não irrita os olhos e condicionador de 480 ml.	R\$ 27,20	R\$ 2.720,00
54	200	UND	Lençol de solteiro branco de malha com elástico 0,88 m x 1,88 x 0,20m, para cobrir.	R\$ 63,00	R\$12.600,00
55	200	UND	Lençol branco - 90cm x 1,90 m, para cobrir	R\$ 61,50	R\$12.300,00
56	200	UND.	Lençol branco – de baixo , para berço de malha com elástico – 1,65x1,10m	R\$ 58,00	R\$11.600,00



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

57	200	UND.	Lençol branco de cima para berço, 1,45 x 1,05 .	R\$ 64,00	R\$12.800,00
58	300	UND	Limpa vidros tradicional. Com álcool – embalagem 500 ml	R\$ 8,30	R\$ 2.490,00
59	3.000	UND	Limpador Multiuso – Embalagem com 500 ml. Com tampa tipo jato.	R\$ 6,00	R\$18.000,00
60	2.000	UND	Limpador limpeza pesada, com cloro ativo 1L. Sem adição de nenhuma acido na composição, com cloro ativo na composição. Tampa de rosca	R\$ 13,85	R\$27.700,00
61	100	UND	Limpa piso, cerâmicas e azulejos. Embalagem de 1 kg, tradicional, composição: acido sulfúrico, coadjuvante, tesoativo não iônico.	R\$ 10,00	R\$ 1.000,00
62	30	UND	Lixeira c/ pedal e tampa p/ cozinha 12 L – Cor branca	R\$ 38,50	R\$ 1.155,00
63	50	UND	Lixeira c/pedal e tampa em plástico rígido – 100 L	R\$ 280,00	R\$14.000,00
64	50	UND	Lixeira retangular c/pedal e tampa para cozinha – 50 L	R\$ 183,00	R\$ 9.150,00
65	400	PAR	Luva de borracha, mucambo diversos tamanhos.	R\$ 7,80	R\$ 3.120,00
66	10	UND	Mangueira para jardins ¾ rolo com 50 metros	R\$ 212,00	R\$ 2.120,00
67	70	UND	Pá de plástico: Pá para coleta de Lixo em plástico resistente, com cabo de madeira LONGO encapada com plástico.	R\$ 10,50	R\$ 735,00
68	100	UND	Palha de Aço nº01, 25 g. palha macia e aço de carbono	R\$ 3,00	R\$ 300,00
69	70	UND.	PALITO DE DENTE (caixa com 100 unidades).	R\$ 2,25	R\$ 157,50
70	300	UND	Palito de Picolé, embalagem com no mínimo 50 unidade.	R\$ 6,00	R\$ 1.800,00
71	350	UND	Palito para churrasco, embalagem com no mínimo 50 unidades.	R\$ 6,99	R\$ 2.446,50
72	1.500	UND	Pano de chão, saco alvejado, 50 x 70 cm, 100% algodão. BRANCO.	R\$ 7,99	R\$11.985,00
73	500	UND	Pano de Prato, em tecido encorpado 100% algodão, embanhado nas laterais, absorvente, lavável e durável, na cor branca. Com aproximadamente 50cm x70cm	R\$ 6,40	R\$ 3.200,00
74	50	UND	Papel alumínio, 30x 100m	R\$ 50,50	R\$ 2.525,00
75	20	UND.	Pente para cabelo de plástico resistente, tamanho médio com cabo anatomico	R\$ 9,00	R\$ 180,00



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

76	400	FD	Papel Higiênico Rolão: Branco, rolo com 300 metros, fardo com 8.	R\$ 79,00	R\$31.600,00
77	300	FD	Papel Higiênico: 30 metros, folha dupla branco, macia, absorvente, consistente. Fardo com 16 pct, c/4 rolos cada.	R\$ 136,30	R\$40.890,00
78	300	PCT	Papel toalha com 2 rolos, branco e absorventes.	R\$ 6,75	R\$ 2.025,00
79	50	UND	Pino de segurança para painel de pressão, de tamanhos variados, e boa qualidade.	R\$ 9,40	R\$ 470,00
80	1.000	PCT	Prato de isopor 15 cm fundo, tipo cumbuca, pacote com 20 unidades, com 15 cm de diâmetro e 5 de profundidade.	R\$ 28,00	R\$28.000,00
81	500	PCT	Prato descartável, medida de 23cm, tipo refeição, pacote com 10 unidades.	R\$ 6,00	R\$ 3.000,00
82	200	PCT	Prato descartável, medida de 15cm, tipo sobremesa, pacote com 10 unidades.	R\$ 4,09	R\$ 818,00
83	100	PCT	Pregador de roupas de madeira, com 12 und, fabricado de madeira e metal	R\$ 4,90	R\$ 490,00
84	100	PCT	Prendedor/ pregador de roupas modelo "capricho", dúzias, feito em polímero resistente e elástico, não danifica o tecido. Material resistente, leve e prático, tamanho econômico – 7 cm x 2,2 cm x 1cm cada peça, cores variadas	R\$ 7,90	R\$ 790,00
85	400	UND	Ratoeira adesiva – Não tóxica. 25,5 x 18,5cm.	R\$ 7,50	R\$ 3.000,00
86	50	UND	Rodinho branco para pia de cozinha	R\$ 8,40	R\$ 420,00
87	100	UND	Rodo de Plástico: Em plástico resistente com borracha de 40 cm e com cabo de madeira encapada com plástico.	R\$ 15,50	R\$ 1.550,00
88	200	UND	Rodo de Plástico: Em plástico resistente com borracha de 60 cm e com cabo de madeira encapada com plástico.	R\$ 22,00	R\$ 4.400,00
89	600	PCT	Sabão em Barra Glicerinado neutro com alto poder desengordurante. Multiuso 180gr pacote com 5 unidades. Aspecto: barra sólida translúcida. Cor: castanho; componente: sais de ácidos graxos e coadjuvantes.	R\$ 17,49	R\$10.494,00
90	1.500	CX	Sabão em pó: Embalagem caixa de papel 1 kg cada, que tem clareador e com registro junto ao Ministério de Saúde. Composição: alquilbenzeno sulfonato de sódio linear, carbonato de sódio, tripolifosfato de sódio, sulfato de sódio, silicato de sódio, 4,4 bis (2 sufoestiril bifenil dissodico), pigmento azul 158, enzima, cmc, perfume e água. Contem/; tensoativo biodegradável.	R\$ 14,50	R\$21.750,00
91	300	UND.	Sabonete barra glicerinado infantil, barra de 70 a 90 g, testado dermatologicamente.	R\$ 7,73	R\$ 2.319,00
92	50	GL	Sabonete líquido perolado – galão de 5 litros: Sabonete líquido Perolado indicado para a lavagem das mãos com aspecto perolado e substâncias neutras de limpeza, com agradável aroma Erva Doce. Pode ser utilizado em todos os ramos de atividade que se preocupam com a higienização	R\$ 55,90	R\$ 2.795,00



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

93	10	UND	Saboneteira com reservatório: Saboneteira em plástico ABS com reservatório.	R\$ 72,00	R\$ 720,00
94	300	PCT	Saco para hot dog, pacote com 50 unidades.	R\$ 5,00	R\$ 1.500,00
95	50	PCT	Saco para hambúrguer, pacote de 50 und	R\$ 5,00	R\$ 250,00
96	400	PCT	Saco para lixo 100 lts: Saco para lixo cor preto com capacidade de 100 litros, tamanho 70x95cm 8 micras, em conformidade com as normas da ABNT. Pacote com 100 unidades.	R\$ 88,00	R\$35.200,00
97	200	PCT	Saco para lixo 200 lts: Saco para lixo cor preto com capacidade de 200 litros, tamanho 90x120cm 8 micras, em conformidade com as normas da ABNT. Pacote com 100 unidades.	R\$ 99,50	R\$19.900,00
98	200	PCT	Saco para lixo 40 lts: Saco para lixo cor preto com capacidade de 40 litros, 8 micras, em conformidade com as normas da ABNT. Pacote com 100 unidades.	R\$ 64,80	R\$12.960,00
99	300	PCT	Saco para lixo 60 lts: Saco para lixo cor preto com capacidade de 60 litros, 8 micras, em conformidade com as normas da ABNT. Pacote com 100 unidades.	R\$ 76,90	R\$23.070,00
100	200	PCT	Saco para pipoca, papel resistente, tamanho 15cm altura, 10 cm de largura, cor branca. Com 500 und.	R\$ 17,40	R\$ 3.480,00
101	50	PCT	Saco plástico (para sacola surpresa), saco pp, incolor com detalhes infantis medindo aproximadamente 15x 25cm, pacote com 100 unidades..	R\$ 47,90	R\$ 2.395,00
102	70	UND	Sacola plástica, verde escura reforçada, tipo camiseta 45x60cm, pacote com 5 kg	R\$ 65,80	R\$ 4.606,00
103	200	UND	SHAMPOO INFANTIL, indicado para todos os tipos de cabelos, testado dermatologicamente, com agradável aroma, composto de água, laurel éter sulfato de sódio, cocoamidopropil betaina, laurato de sorbimacrogol 80, cloreto de sódio, diestearato de polietilenoglicol, dietanolamina de ácidos graxos de coco, fragância, mistura de metil isotiazolina e metil cloro isotiazolinona, ácido cítrico e edta sissodico, embalado em frasco de 500ml, com tampa tipo flip-top, devidamente identificado com informações sobre o produto e fabricante.	R\$ 18,87	R\$ 3.774,00
104	50	UND	Soda caustica em escamas, chamada de hidróxido de sódio anidro, produzida a partir do processo de evaporação da soda caustica líquida, da fusão do produto anidro e do processo de descamação. Embalagem de 1 kg	R\$ 27,00	R\$ 1.350,00
105	30	UND	Talco suave 200g. magnesium, carbonato e fraganse	R\$ 25,00	R\$ 750,00
106	50	UND	Tapete de piso 100% algodão, 50 x 70 cm	R\$ 35,00	R\$ 1.750,00
107	500	UND	Toalha de banho 80x 1,40 cm , na cor branca de boa qualidade	R\$ 41,00	R\$20.500,00



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

108	300	UND	Toalhas de rosto , 50x 80 cm , na cor branca de boa qualidade	R\$ 19,90	R\$ 5.970,00
109	1.000	UND	Toalhas umedecidas , testado dermatologicamente contendo 100 und. Em cada, não contendo álcool. Com toque suave.	R\$ 15,99	R\$15.990,00
110	200	FD	Toalha de Papel (com 1000) : Papel Toalha folha branca, interfolhadas 02 dobras. Medidas 20,5 x 20cm. Fardo com 1.000 folhas.	R\$ 17,00	R\$ 3.400,00
111	200	PCT	Toucas descartáveis : de TNT sanfonada, na cor branca, com elástico duplo, fabricada em 100% polipropileno, atóxica, pacote com 100 unidades.	R\$ 19,70	R\$ 3.940,00
112	50	UND	Válvula para panela de pressão , de tamanhos variados.	R\$ 11,00	R\$ 550,00
113	200	UND	Vassoura de nylon , doméstica, cepa e cerdas em polipropileno medindo 26x5x5cm, com 200 cerdas por tufo, macia, tipo lisa, cepa pesando 240g, cabo de madeira revestida de polipropileno de alta densidade, rosca em polietileno.	R\$ 14,50	R\$ 2.900,00
114	150	UND	Vassoura de Pêlo : (De crina animal). Estrutura de madeira, de 60 cm, com cabo de madeira, sem trincas e de primeira qualidade.	R\$ 45,00	R\$ 6.750,00
115	200	UND	Vassoura de piaçava : Número 05, 40 cm corpo em lata com cabo de madeira 1,40m reforçado e cerdas bem fixadas e resistentes.	R\$ 20,50	R\$ 4.100,00
116	600	UND	Vassoura para Gari , 40 cm, cepas parafusadas. Com cabo de madeira reforçado e cerdas bem fixadas e resistentes.	R\$ 31,00	R\$18.600,00
117	100	UND	Vassoura para vaso : De fibra de nylon, para limpeza de vaso sanitário, com cabo plástico resistente e cerdas plásticas arredondadas. Com suporte	R\$ 10,00	R\$ 1.000,00
118	200	UND	Vela para filtro , de barro.	R\$ 8,50	R\$ 1.700,00
119	15	UND	Luva de segurança de aço inox , para proteção das mão do usuário contra cortes por facas manuais e objetos cortantes similares. Tamanho a definir	R\$ 272,40	R\$ 4.086,00
120	50	UND	Luva Térmica para altas temperaturas , uso em cozinha, cinco dedos, punho longo 45cm. EPI com certificado de aprovação CA.	R\$ 40,20	R\$ 2.010,00

15 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação, são as dotação abaixo discriminada:



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

03001.0412100092.011 – 339030 – FICHA 032 - MANUT. DA SECRET. MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
05001.2060500062.017 – 339030 – FICHA 099 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA
06001.0824400032.048 – 339030 – FICHA 126 - MANUT. DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
07002.1030100012.042 – 339030 – FICHA 205 - Manutenção das Atividades da Atenção Básica da Saúde
08001.0412200072.022 – 339030 – FICHA 417 - MANUT. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
09001.2781200052.020 - 339030 – FICHA 496 - MANUT. DO DESPORTO AMADOR
10001.1339200042.019 – 339030 – FICHA 514 - MANUT. E INCENTIVO A CULTURA MUNICIPAL
11001.1236100022.229 – 339030 – FICHA 549 - MAN. SERV.ADMINISTR. DO FUNDO MUN. DE EDUCACAO

16 - PENALIDADES

16.1 Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

16.2 As demais infrações serão apuradas e, eventualmente penalizadas, observando-se o Decreto Municipal nº 101/2023 disponível em www.martinssoares.mg.gov.br

Martins Soares, 24 de Fevereiro de 2025.

Carolina Huebra Dias
Chefe do Departamento Municipal de Educação

OBSERVAÇÃO: O presente anexo é a transcrição idêntica do Termo de Referências apresentado no início da fase preparatória.



ANEXO IV

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nºXXXXX

Pregão nºXXXXXX

MUNICIPIO DE MARTINS SOARES, ESTADO DE MINAS GERAIS, inscrito no CNPJ sob o nº _____, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, institui a presente ARP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, decorrente da licitação na modalidade e número acima indicados, cujo objeto é [DESCRIÇÃO RESUMIDA OBJETO], conforme as condições especificadas neste Edital, processada nos termos do Processo Administrativo Licitatório, o qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da permissão inserta no art. 40, inciso II c/c o art. 78 inciso IV c/c os arts. 82 e 86, todos da Lei nº14.133/2021 e regulamento do Município conforme Decreto nº 921/23, observadas as cláusulas e condições seguintes:

REGISTROS FORMALIZADOS

1. A presente ARP estabelece as cláusulas e condições gerais para o REGISTRO DE PREÇOS referente ao objeto descrito no preâmbulo, cujas especificações, preço, marca/modelo, quantitativo e fornecedor foram previamente definidos por meio do procedimento licitatório supracitado, conforme abaixo descrito resumidamente:

DESCRIÇÃO OBJETO E FORNECEDORES/PRESTADORES REGISTRADOS

2. Ao participar do procedimento licitatório, o fornecedor obriga-se ao cumprimento de todos os encargos estabelecidos na presente ARP, nos exatos termos do resultado final obtido no procedimento licitatório, quanto ao preço, a quantidade e as especificações do objeto registrado, integrando e complementado a presente ARP os seguintes documentos, os quais devem ser totalmente observados e cumpridos:
- 2.1. Termo de Referência (ou Projeto Básico) contendo as especificações técnicas completas e todas as condições gerais de execução do objeto.
 - 2.2. Proposta comercial final com preço ajustado.



CADASTRO RESERVA DE FORNECEDORES

3. Conforme consta no ANEXO A, também fica FORMALIZADO, conjuntamente com a presente ARP, CADASTRO RESERVA de licitante interessado em eventualmente assumir a titularidade do registro de preços, havendo REVOGAÇÃO ou RESCISÃO da ARP e segundo a ordem de classificação final no certame, POR GRUPO DO OBJETO, nos termos fixados no art. 82, inciso VII, e § 5º, inciso VI, da Lei 14.133/2021.

3.1. A formação de CADASTRO RESERVA vincula o licitante ao preço da proposta do titular, obrigando-se a assumir a titularidade em caso de cancelamento do registro do titular, observada a ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO.

3.2. A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no cadastro reserva, da avaliação da qualidade do objeto indicado na sua proposta e do cumprimento das condições de habilitação, nos termos fixados no edital do certame.

3.3. Caberá ao agente de contratação responsável pelo julgamento do certame para seleção do titular da presente ARP realizar o procedimento de análise dos critérios indicados no item anterior.

3.4. Havendo alteração da titularidade do registro com base no CADASTRO RESERVA, deverá a ARP ser republicada para fins de eficácia.

VIGÊNCIA DA ARP

4. A presente ARP tem vigência de [12] MESES, contados a partir da data da sua publicação, nos termos permitidos no art. 84 da Lei 14.133/2021.

4.1. A prorrogação da vigência da ARP dependerá da concordância das partes e de comprovação da vantajosidade dos preços.

4.2. A prorrogação da vigência da ARP será registrada mediante termo de prorrogação pactuado pelas partes nos autos de gestão da ARP.

4.3. prorrogação da vigência da ARP deverá ser publicada e divulgada nos termos previstos no item 20 deste documento.

CONTRATAÇÕES FUTURAS

5. As contratações decorrentes da presente ARP poderão ser realizadas diretamente pelo órgão gerenciador, ou por cada um dos participantes (se houver, conforme indicação item 01), observados os quantitativos respectivamente previstos para cada procedimento de licitação, e as demais exigências e formalidades previstas na legislação.

5.1. Poderá haver, a critério do órgão gerenciador e desde que haja expressa concordância dos interessados envolvidos, REMANEJAMENTO DE QUANTITATIVOS previstos na ARP entre os ÓRGÃOS PARTICIPANTES, ou entre este(s) e o ÓRGÃO GERENCIADOR.

5.2. Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, as contratações futuras deverão ser realizadas, em regra, de forma proporcional para todos os itens de cada grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei 14.133/2021.

5.3. A contratação decorrente deverá observar as condições fixadas no Edital Pregão XXXXXXXXX e seus anexos.



Vínculos da ARP

6. A existência desta ARP não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.
7. O titular do registro de preços vincula-se integralmente, durante a vigência da ARP, ao cumprimento das obrigações contidas na ARP, bem como à formalização das contratações dela decorrentes, salvo cancelamento ou rescisão do registro, sob pena de sofrer as sanções administrativas previstas no Termo de Referência anexo.

Adesão de órgão ou entidade pública não participante

8. Desde que devidamente justificada a vantagem, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública poderá solicitar a utilização da presente ARP (POR ADESÃO), durante sua vigência, independentemente da participação ou não na licitação sobredita, mediante anuências do órgão gerenciador e do particular titular do registro, nos termos previstos no art. 86, §§ 2º a 5º, da Lei 14.133/2021, desde que observadas as disposições abaixo:
9. O órgão ou entidade pública interessado na adesão deverá consultar prévia e diretamente o fornecedor titular da ARP, visando obter a concordância formal com a contratação pretendida.
- 9.1. É faculdade do fornecedor titular da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, a aceitação ou não da contratação decorrente de adesão, independentemente de qualquer justificativa formal.
- 9.2. Cabe ao órgão ou entidade aderente encaminhar ao GERENCIADOR a concordância do fornecedor.
10. Proceder à consulta formal ao GERENCIADOR, por meio de ofício ou outro expediente competente, encaminhado para o e-mail institucional licitacao@martinssoares.mg.gov.br, no qual deverá constar o objeto que interessa contratar, o respectivo quantitativo pretendido e a concordância do fornecedor para fins de análise e manifestação sobre a possibilidade de adesão.
12. O GERENCIADOR poderá recusar a adesão requerida, quer em face do fato de haver a possibilidade de prejuízo ao atendimento de suas próprias contratações, ou de participante da ARP, quer por não cumprimento de um dos requisitos fixados nesta ARP, sempre por intermédio de despacho fundamentado.
11. As contratações adicionais por adesão à presente ARP deverão cumprir rigorosamente os seguintes requisitos:
 - 11.1. Não exceder, por órgão ou entidade pública aderente, a 100% do quantitativo total registrado para o órgão gerenciador e participante(s) (se houver), cumulativamente;
 - 11.2. Não exceder no total das adesões já realizadas a 500% do quantitativo total registrado para o órgão gerenciador e participante(s) (se houver), independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem;
 - 11.3. No caso de ITEM(NS)/GRUPO(S) com participação EXCLUSIVA À ME'S E EPP'S na licitação, o total das contratações decorrente da presente ARP (inclusive por adesões) não poderão totalizar mais que R\$ 80.000,00.
 - 11.4. Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, a contratação por adesão será realizada, em regra, de forma proporcional para todos os itens do grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei 14.133/2021.
12. Autorizada a utilização da ARP pelo Órgão Gerenciador, o órgão ou entidade



pública não participante (aderente) apenas poderá realizar a contratação autorizada, caso estejam presentes os seguintes requisitos temporais conjuntamente:

12.1. Em até 90 DIAS corridos, contados do recebimento da autorização, em razão da caducidade do ato, podendo o prazo ser prorrogado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, desde que solicitado pelo interessado e ainda vigente a ARP; e,

12.2. Apenas durante a vigência da presente ARP.

13. Quando da realização efetiva da respectiva contratação por adesão, deverá o órgão ou entidade aderente enviar ao GERENCIADOR, no prazo máximo de 05 DIAS ÚTEIS, contados da contratação, informar formalmente a contratação para fins de registro definitivo;

14. Caberá ao órgão ou entidade pública aderente a gestão de sua contratação, inclusive aplicando, garantida a ampla defesa e o contraditório, eventual sanção administrativa decorrente de descumprimento das obrigações contratuais, obrigando-se a informar as ocorrências e sanções aplicadas ao GERENCIADOR para fins de registro, observadas as regras e procedimentos fixados no Edital e seus anexos.

Atribuições do gerenciador da ARP

15. O GERENCIADOR promoverá o gerenciamento permanente e formal da presente ARP, inclusive com registro em processo administrativo de gestão de todas as contratações dela decorrentes, como também de todos os demais atos inerentes aos procedimentos de gestão.

15.1. Cabe ao setor ou servidor designado do ÓRGÃO GERENCIADOR, conforme regulamento operacional interno, as atribuições inerentes ao gerenciamento da presente ARP, particularmente quanto a(ao):

15.2. Providenciar a elaboração e publicação da presente ARP;

15.3. Encaminhar ao(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes a presente ARP, como também suas eventuais e posteriores alterações, devidamente assinadas e publicadas;

15.4. Controlar, de forma permanente, a utilização da ARP para fins de contratações, durante toda sua vigência;

15.5. Receber, analisar, controlar e pronunciar-se quanto à solicitação de contratação interna do ÓRGÃO GERENCIADOR com base na presente ARP, ou em relação à solicitação de ADESÃO realizada por órgão ou entidade não participante desta ARP, inclusive indicando providência complementar necessária ou até recomendando o indeferimento fundamentado, observada a legislação vigente.

15.6. Emitir e encaminhar ofício formalizando a autorização para utilização da ARP por órgão ou entidade aderente, inclusive com a indicação do nome do fornecedor, quantitativos autorizados, valores unitários e totais, prazo de validade da autorização e demais condições de adesão.

15.7. Conduzir eventuais procedimentos de alterações dos preços registrados para fins de adequação às novas condições de mercado, observada a legislação vigente.

15.8. Propor, conduzir e pronunciar-se nos procedimentos de eventuais reajustes e revisões de preços, como também de cancelamentos e rescisões de registro contidos na presente ARP, bem como realizar, nesses casos, a publicação das novas condições da ARP e comunicação aos órgãos e às entidades participantes;

15.9. Propor aplicação, garantida a ampla defesa e o contraditório, de sanções decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas na ARP, ou até em relação ao descumprimento das obrigações contratuais, unicamente referentes às contratações realizadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;



15.10. Receber e registrar as contratações efetivamente realizadas pelos órgãos ou entidades aderentes, bem como eventuais sanções por estes aplicadas ao(s) particular contratado(s) por descumprimento das obrigações assumidas na presente ARP;

15.11. Instruir os autos de gestão da presente ARP.

Atribuições do participante

16. Ao órgão ou entidade PARTICIPANTE cabe:

16.1. Tomar conhecimento da ARP, incluindo eventuais alterações, cancelamentos e revogações, a fim de utilizá-la de forma correta;

16.2. Verificar a conformidade das condições registradas na ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas para fins de renegociação ou cancelamento;

16.3. Observar e controlar o quantitativo máximo dos itens registrados em seu interesse, evitando contratações acima do limite permitido, bem como a utilização de itens diversos daqueles para os quais solicitou participação no certame;

16.4. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular;

16.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

Obrigações do fornecedor

17. O FORNECEDOR cujo preço conste registrado na presente ARP obriga-se a:

17.1. Retirar a respectiva nota de empenho ou ordem de fornecimento/serviços, bem como assinar o termo de contrato (se for o caso), no prazo máximo de 05 dias úteis, contados da convocação;

17.2. Indicar, no prazo máximo de 05 dias úteis, a concordância ou não em relação à(s) solicitação de adesão por órgão ou entidade da Administração Pública não participante, indicando expressamente que tal contratação não prejudicaria as obrigações presentes e futuras assumidas para com o ÓRGÃO GERENCIADOR e os participantes;

17.3. Observar rigorosamente todas as especificações técnicas, marcas, modelos, condições e prazos fixados no Termo de Referência (ou Projeto Básico) integrante da presente ARP, como também na sua respectiva proposta de preços, ressalvado prova idônea da ocorrência superveniente de fato impeditivo ou dificultador do cumprimento da obrigação, devidamente aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que justifique o fornecimento de bem de qualidade semelhante ou superior, ou a execução de forma diversa que resulte em igual ou superior resultado à contratante;

17.4. Respeitar as demais condições e obrigações contidas nos documentos indicados no item 2.1 desta ARP, ressalvada a ocorrência de fato(s) superveniente(s), comprovados(s) e aceito(s) pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

17.5. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela(s) CONTRATANTE(S) referentes às condições firmadas na presente ARP;



- 17.6. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- 17.7. Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data de homologação do procedimento licitatório;
- 17.8. Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos contratantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na ARP;
- 17.9. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- 17.10. Manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta, todas as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação.

Publicidade e divulgação

18.A formalização da ARP, como também suas possíveis alterações, prorrogações, cancelamento e rescisões, serão publicados e divulgados no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como, em forma de extrato, no Diário Oficial do Município.

18.3. Todas as informações do presente registro de preço serão também disponibilizadas, durante sua vigência, no site do Município na internet: <https://www.martinssoares.mg.gov.br>

Alterações dos preços registrados

19. Os preços registrados poderão ser REAJUSTADOS, para mais ou para menos, com base na variação anual do IPCA (IBGE), ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde que decorridos 12 MESES, contados da assinatura da ARP.

20. A qualquer tempo, o preço registrado poderá sofrer REVISÃO em decorrência de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a pactuação/negociação de novo valor compatível com o de mercado, para cada ITEM/GRUPO do objeto registrado, observada a distribuição do ônus na forma da matriz de riscos, vinculada ao certame que deu origem à presente ARP.

21. Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da álea econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021.

22. Não havendo acordo em relação a pactuação/negociação do preço registrado, será o respectivo registro CANCELADO/REVOGADO, por cada ITEM/GRUPO do objeto registrado, sem aplicação de qualquer sanção ao particular, mantendo-se híidas e vigentes as contratações já formalizadas ou solicitadas, bem como os demais itens/grupos não afetados pelo desequilíbrio de preços de mercado.

23. Em caso do CANCELAMENTO, e havendo CADASTRO RESERVA para o respectivo ITEM/GRUPO, deverão ser realizados os procedimentos previstos no item 4 desta ARP.

24. Toda alteração da presente ARP será publicada e divulgada, nos termos fixados no item 20 desta ARP.



Sanções administrativas por descumprimento de obrigações contidas na ARP

- 25.** As empresas com preços registrados nesta ARP e signatárias dos respectivos contratos estarão sujeitas às sanções administrativas previstas no Termo de Referência, sem prejuízo de outras previstas em legislação pertinente e da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem.
- 26.** Ao órgão gerenciador caberá a aplicação de sanções administrativas em relação ao descumprimento direto de obrigação contida nesta ARP, como também aos contratos por ele firmados em decorrência do presente registro de preços.
- 27.** Cabe a cada órgão ou entidade participante a realização de procedimento para fins de apuração de responsabilidade e aplicação de sanções administrativas nos casos de inadimplemento em suas próprias contratações, comunicando ao gerenciador para fins de registro quaisquer sanções aplicadas.

Cancelamento/revogação e rescisão da ARP

- 28.** O registro de preços poderá ser CANCELADO/REVOGADO, por ITEM/GRUPO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:
- 29.** Por iniciativa do próprio titular do registro, desde que apresente solicitação formal, bem como haja comprovação de situação que impossibilite o cumprimento das exigências insertas nesta ARP, tendo em vista fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.
- 30.** Presentes razões de conveniência e oportunidade ao interesse público, devidamente justificadas, o registro de preços poderá ser RESCINDIDO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, observada a gravidade da conduta e os reflexos em relação ao interesse público, quando o titular do registro:
- 30.1.** Não executar de forma total ou parcial qualificada as obrigações presentes nesta ARP;
- 30.2.** Recusar-se a retirar e assinar a nota de empenho ou instrumento contratual no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pelo órgão ou entidade Contratante;
- 30.3.** Der causa à rescisão administrativa de dois ou mais contratos firmados com base neste ARP;
- 30.4.** Não manter as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação, salvo irregularidade temporária e sanável em até 30 DIAS;
- 30.5.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002;
- 31.** O cancelamento/revogação do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da autoridade competente do ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante registro em termo de cancelamento/revogação assinado pelas partes interessadas.
- 32.** Havendo cancelamento/revogação do registro, não caberá a aplicação de qualquer espécie de sanção administrativa ao titular do registro.
- 33.** O cancelamento/revogação do registro desta ARP não poderá ser aceita em prejuízo ao interesse público.
- 34.** A rescisão do registro de preços será determinada em decisão unilateral e fundamentada do ÓRGÃO GERENCIADOR, garantido o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo.
- 35.** A rescisão do registro de preços poderá ensejar a abertura de procedimento de



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

apuração da responsabilidade e aplicação de sanções administrativas em face do titular do registro.

Disposições finais

36. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com a legislação vigente, particularmente com a Lei 14.133/2021 e Instrução Normativa 19/2023.

37. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Martins Soares.

Município

Fornecedor

Testemunha:

Testemunha:

Nome:
CPF/CI:

Nome:
CPF/CI:



Anexo V
Minuta de Contrato

Contrato nº _____

Processo Administrativo nº ____/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS SOARES-MG, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida João Batista, nº 294 – Centro, em Martins Soares – MG, CEP 36.972-000, inscrito no CNPJ sob nº. 01.615.420/0001-45, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Paulo Sérgio Pereira, portador do CPF nº. _____, denominado CONTRATANTE e empresa _____, inscrito no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, nº _____, CEP _____, neste ato representado por seu Representante Legal, o(a) Sr(a). _____, portador do RG nº _____, inscrito no CPF nº _____, doravante denominada CONTRATADA, resultante do processo Administrativo nº 022/2025, Pregão Eletrônico nº 001/2025 e em observância às disposições da Lei nº14.133/2021 e Decreto Municipal nº 101/2023 e alterações posteriores, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO contratação de fornecedor, objetivando a Aquisição de Material de Limpeza, higiene pessoal, embalagens e descartáveis, com intuito de atender as necessidades das secretarias., conforme condições e quantitativos discriminados no Termo de Referência.

1.1. Descrição do objeto: Aquisição de Material de Limpeza, higiene pessoal, embalagens e descartáveis, com intuito de atender as necessidades das secretarias.



ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	MARCA/ MODELO	UNID	QUANT

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2025, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2022, prorrogável nos termos dos arts.106 e 107 Lei nº 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual será o de regime indireto;

3.2. A gestão do contrato competirá a _____.

3.3. A fiscalização do contrato competirá ao servidor _____.

3.3.1. Na ausência do servidor que ocupa o cargo acima, os responsáveis tanto pela gestão quanto pela fiscalização serão os servidores que estiverem atuando em substituição aos referidos cargos.

3.3.2. Compete ao Gestor do Contrato as atribuições definidas em regulamento próprio do Município conforme indicado na fase preparatória do certame, destacando-se as funções de exercer os atos de administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, acompanhar o prazo de vigência do contrato, apurar junto ao fiscal de contrato o efetivo cumprimento contratual, inclusive do ponto de vista do cumprimento qualitativo, quantitativo e dos prazos de execução, para promoção da apuração em processo administrativo em razão de descumprimento contratual e para fins de aplicação das sanções cabíveis.

3.3.3. Compete ao Fiscal do Contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, inclusive do ponto de vista do cumprimento qualitativo, quantitativo e dos prazos de execução, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato.

3.3.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio eventuais ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

3.3.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/21



3.4. Os prazos e condições de conclusão: A entrega deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias uteis, após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

3.5. A Motocicleta deverá ser entregues em conformidades com todas as especificações constantes neste instrumento e conforme legislação Contran vigente, no seguinte endereço, Avenida João Batista, nº 294, Centro, Martins Soares – MG – CEP.: 36.972-000.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor total da contratação é de R\$ _____. (_____), observados os valores unitários e total por item abaixo indicados:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	MARCA/ MODELO	UNID	QUANT	VALOR UNITARIO

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de objeto efetivamente executados, apurados na periodicidade mensal;

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de transferência eletrônica em conta bancária de titularidade da contratada, a ser indicada no documento fiscal ou por outro meio formal.

5.2.1.1. *Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a transferência eletrônica de pagamento.*

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado no ato da entrega dos veículos.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento do objeto mediante ateste por parte do fiscal do contrato e do gestor de contrato.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do valor a ser pago, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento,



tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.5.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.5.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da formalização do contrato.

6.2. Após o interregno de um ano, e desde que formalmente solicitado pelo contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Prestar, com clareza, à Contratada, as informações necessárias para o fornecimento dos itens e/ou da prestação dos serviços;

7.2. Exercer o acompanhamento das entregas dos veículos, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;



- 7.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, no curso da entrega dos veículos, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- 7.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 7.6. Pagar à Contratada o valor resultante das aquisições, na forma do contrato;
- 7.7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato e pelas demais infrações administrativas sujeitas à fiscalização do Contratante;
- 7.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste (Lei nº 14.133/2021, art. 123, caput).
- 7.10. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.
- 7.11. Não praticar atos de ingerência na administração do Contratado, tais como:
- 7.11.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratado, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 7.11.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar no Contratado
- 7.11.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores do Contratado, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
- 7.11.4. Considerar os trabalhadores do Contratado como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 7.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 7.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 7.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 7.15. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 7.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.
- 7.17. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de



habilitação e qualificação exigidas na licitação

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos necessários, na qualidade e quantidade mínimas específicas neste Termo de referência e em sua proposta.

8.2. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados conforme artigo 119 da lei federal 14.133/2021.

8.3. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, aos Municípios ou a terceiros.

8.4. Comunicar ao fiscal de contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que exceda o prazo de entrega.

8.5. Observar o caráter compulsório do contido no inciso III do caput do art. 14 da Lei nº 14.133/2021 sob pena de configurar infração ao contrato, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis no âmbito judicial.

8.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.

8.7. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Administração.

8.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

8.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência.

8.10. Entregar toda a documentação especificamente: Nota fiscal, manual de uso e manutenção e certificado de Garantia e assistência técnica.

8.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021).

8.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

8.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

8.14. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

8.15. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

8.16. Garantir o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.17. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-



los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.

8.18. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

8.19. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

8.20. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

8.21. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

8.22. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

8.23. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

8.24. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

8.25. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

8.26. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

8.27. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

8.28. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

8.29. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

8.29.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

8.29.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

8.30. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

8.39. Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, e qualidade dos fornecimentos dos itens e/ou prestação dos serviços ofertados, garantindo seu perfeito desempenho;



8.40. O contrato firmado com o município Contratante não poderá ser objeto de cessão ou transferência sem autorização expressa do Contratante, sob pena de aplicação de sanções, inclusive rescisão;

8.41. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a Contratada dará ao Consórcio, plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

8.42. Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e /ou ações judiciais e/ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros, em decorrência do objeto do presente termo contra o MUNICÍPIO;

9. CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DOS VEÍCULOS

10.1 A FORNECEDORA deverá dar garantia do veículo ofertado de no mínimo, 12 (doze) meses. Durante o prazo de garantia a FORNECEDORA deverá:

- a) Substituir o veículo que, após a entrega e aceite e durante o prazo de garantia, venham a apresentar defeitos de fabricação, num prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- b) Proceder, durante o período de garantia e em caso de necessidade de substituição de produtos e/ou componentes que não mais existam no mercado em razão de evolução ou por qualquer outro motivo, a substituição por produtos e/ou componentes tecnologicamente equivalentes ou superiores, sem ônus para o Município;
- c) Nenhum custo adicional será pago por ocasião de locomoção de técnicos ou aparelhos, sendo os mesmos de inteira responsabilidade da Fornecedora;
- d) Providenciar independentemente de ser ou não o fabricante, a correção ou a substituição de todo produto ofertado ou de suas peças, acessórios e componentes que apresentarem defeito de fabricação ou divergência com as especificações fornecidas, sem ônus para a Administração, em conformidade com o estabelecido no Contrato e seus anexos, observado a legislação pertinente;
- e) Substituir o automóvel ofertado ou as suas peças, acessórios e componentes que apresentarem defeito de fabricação por aparelho novo e que possua a mesma especificação técnica originalmente proposta.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1 Nos termos dos arts. 155 a 162 da Lei nº 14.133/2021, serão aplicadas as sanções administrativas nas seguintes hipóteses:

11.1.2. Advertência, aplicável ao responsável que der causa à inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.1.2.3. Impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicável ao responsável que:

11.1.2.4. Incorrer na inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao MUNICÍPIO, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.2.5. Incorrer na inexecução total do contrato;



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

- 11.1.2.6. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 11.1.2.7. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 11.1.2.8. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 11.1.2.9. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 11.1.3. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar, aplicável ao responsável que:
 - 11.1.3.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 11.1.3.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 11.1.3.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 11.1.3.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 11.1.3.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013²;
 - 11.1.3.6. Nas infrações administrativas indicadas no subitem 18.1.2 e subitens que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.
- 11.1.4. Multa, a ser aplicada ao responsável que der causa a infrações administrativas será calculada observando o valor mínimo de 0,5% (meio por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do contrato licitado ou celebrado no caso de contratação direta na hipótese do responsável que der causa a infrações administrativas puníveis com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade indicadas neste edital, observada a cumulação de aplicação de sanções prevista no §7º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
 - 11.1.4.1. Sem prejuízo de aplicação do disposto no item 11.1.4, será aplicável a penalidade de multa:
 - 11.1.4.2. Igual ou superior a 0,5% (meio por cento) e igual ou inferior a 15% (quinze por cento) para as seguintes infrações administrativas:
 - 11.1.4.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 11.1.4.4. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 11.1.4.5. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 11.1.4.6. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 11.1.4.7. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 11.1.4.8. Deixar de apresentar amostra;
 - 11.1.4.9. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.2 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.2.4 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.2.5 Superior a 15% (quinze por cento) e inferior ou igual a 30% (trinta por cento) para as seguintes infrações administrativas:
- 11.2.6 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.



- 11.2.7 Fraudar a licitação.
- 11.2.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 11.2.9 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
- 11.2.10 Induzir deliberadamente a erro no julgamento.
- 11.2.11 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 11.2.12 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 11.2.13 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.
- 11.2.14 A sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do município pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- 11.2.15 A sanção administrativa de inidoneidade para licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os Entes públicos da federação pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.
- 11.2.16 Se o valor aplicado pela sanção, somado às indenizações cabíveis, ultrapassar o valor de pagamento eventualmente devido pelo município ao contratado, será promovida de forma cumulativa:
- 11.2.17 A compensação da sanção e eventuais indenizações no valor pendente de pagamento ao contratado;
- 11.2.18 Eventual diferença não compensada no item anterior seja descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 11.2.19 A aplicação das sanções administrativas previstas neste ato convocatório não exclui, nem afasta, a obrigação de reparação de integral de eventual dano causado ao município.
- 11.2.20 A dosimetria das sanções administrativas e o respectivo processo administrativo de apuração e eventual responsabilização mediante aplicação de sanção administrativa observará o regulamento próprio expedido constante de endereço eletrônico no sítio oficial do MUNICÍPIO.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 Ressalvada a hipótese de prorrogação contratual prevista no item 2.1, o contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes, sem prejuízo de aplicação das penalidades indicadas na cláusula décima primeira.

12.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.4 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.5 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

44905200000 - 449052 - FICHA 072 - Equipamentos e Material Permanente - MANUT.
DOS SERVIÇOS DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL



13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13.3 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais dos contratos.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento no Diário Oficial do Município nos termos e condições previstas no art. 94 c/c o art. 176, ambos da Lei nº 14.133/21.

15.2

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1 É eleito o Foro da Comarca de Manhumirim - MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Martins Soares-MG, ____ de _____ de 2024.

Paulo Sérgio Pereira
Prefeito Municipal
Contratante

CNPJ
Contratada

Testemunha:

Testemunha:

Nome:
CPF/CI:

Nome:
CPF/CI:



ANEXO VI – PROPOSTA (MODELO)
Processo Administrativo nº 023/2025
Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2025
Procedimento Auxiliar de Registro de Preços nº 005/2025

A pessoa jurídica abaixo qualificada vem apresentar sua proposta de preços conforme discriminado no item 2:

1. QUALIFICAÇÃO PROPONENTE:

- 1.1. Razão Social (ou nome):
- 1.2. Nome representante legal:
- 1.3. CNPJ (ou CPF):
- 1.4. Endereço:
- 1.5. Telefone:
- 1.6. E-mail;

2. A proposta final deverá manter inalteradas as características, bem como conter a marca ou modelo.

2.1.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual Aquisição de Material de Limpeza, higiene pessoal, embalagens e descartáveis, com intuito de atender as necessidades das secretarias, conforme condições e quantitativos discriminados no Termo de Referência.

ITEM	QUANTIDADE	UND	DESCRIÇÃO DO MATERIAL		VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
------	------------	-----	-----------------------	--	----------------	-------------



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

				MARCA		
1	50	CX	Algodão hidrófilo, caixa com 50gramas			
2	400	UNI	Amaciante para todos os tipo de roupas. Com aspecto físico liquido viscoso concentrado, perfumado e ph entre 3,0 e 3,6. Frasco com tampa abre e fecha com lacre de rosquear. Embalagem de 2 litros cada. As embalagens deverão conter externamente os dados da identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no ministério da saúde.			
3	4.000	UND	Água Sanitária: Composta de hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto de Sódio e água, teor de cloro ativo: 2,00% a 2,5% p/p, com ação alvejante, desinfetante e bactericida, com embalagem de 2 litro. Com validade mínima de 6 meses.			
4	1.000	UND	Álcool em gel 70%: Álcool Etílico Hidratado 70° INPM, em gel para sépsia das mãos e braços. Frasco 500 gramas.			
5	1.000	UND	Álcool líquido 96%: Embalagem de 1L cada.			
6	100	UND	Arame p/ varal em aço de alta durabilidade, traçado e revestido em PVC. 10 metros			
7	100	UND	Avental PVC Com forro em tecido de algodão, com tiras de fixação na parte superior e no meio do avental para ajuste ao corpo do usuário. Medidas: 0,90 x 0,70cm.Cor: Branco			
8	50	UND.	Avental térmico 1,20 x 0,70 impermeabilizado alta temperatura para cozinha .de segurança confeccionado em tecido de algodão, com tratamento antichamas e impermeabilizado em silicone, costurado com linhas de para aramida, ajustável através de tiras nas costas, sem forro.cor branca.			



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

9	100	UND	Balde c/ alça de metal. Preto, tipo construção – 12 LT			
10	50	UND	Balde c/ alça de metal. Preto, tipo construção – 30 LT			
11	150	ROLO	Bobina plástica picotada Reforçada 40x60cm (rolo com 500 unidades). Capacidade 5 Kg			
12	100	PAR	Bota PVC CANO LONGO. Branca, solado antiderrapante e numeração diversas.			
13	50	UNI.	BUCHINHA p/ cabelo, pacote 50 unidades, tipo xuxinha, colorida fina.			
14	7	UNI.	CAIXA DE ISOPOR 100L na cor branca			
15	15	UNI	Caixa de isopor 50l, na cor branca			
16	30	UND	Caixa Plástica Organizadora. Transparente c/ tampa – 50 L			
17	30	UND	Caixa plástica vazada, para hortifrúti – 50l - preto			
18	30	UND	Canudo descartável flexível c/100 und			
19	50	UND	Cera líquida 750 ml Incolor			
20	100	UND	Cesto plástico para lixo. Telado 29x19cm			
21	500	UND	Cloro líquido puro, embalagem de 2 l, com percentual de 4,9%			
22	800	UND	Colher descartável, para refeições: branca, leitosa, pacote com 50 unidades.			
23	300	UND	Condicionador infantil, para todos os tipo de cabelos, testado dermatologicamente, com agradável aroma, composto de água, álcool cetosteárilico, cloreto de cetil trimetil amônia, álcool estearílico propoxilado, álcool cetosteárilico etoxilado, fragrância, mistura de metilisotiazolinona e metil cloro isotiazolinona e ácido cítrico, produto sem corantes, embalado em frasco de 500ml com tampa tipo flip-top, devidamente identificado com informações sobre o produto e fabricante.			



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

24	100	UND	CREME DE PENTIAR infantil, para todos os tipos de cabelos, embalagem de 500ml			
25	4.000	PCT	Copo descartável 200ml , resistente, com bordas arredondadas. Pacote com 100 unidades.			
26	1.000	PCT	Copo descartável 50ml , para café, resistente, com borads arredondadas. Pacote com 100 unidades.			
27	10	UND	Cortador de unha p/ bebês			
28	200	UND.	Creme dental infantil , com flúor ativo de cálcio, concentração de no mínimo 1000 a 1100 ppm de flúor. Proteção de anticaries. Tubo de 180 gramas cada.			
29	30	UND	Desentupidor de pia – cabo curto. Corpo em plástico anatômico. Sugador de borracha pré-moldada com formato sanfonado desenvolvido para melhor sucção.			
30	30	UND	Desentupidor Sanitário. Cabo em madeira 55 cm Plastificado			
31	3.000	UND	Desinfetante concentrado líquido 2 lts , , aspecto líquido, aplicação: desinfecção, germicida e limpeza de pisos, superfícies laváveis e instalações sanitárias. floral ou lavanda.			
32	4.000	UND	Detergente líquido de louça, cristal, concentrado, para lavagem manual de louças, talheres, copos e utensílios em geral. Composição;/ tensoativos aniônicos, glicerina, coadjuvante, conservante, metil isotiazolin, sequestrante, espessante, corante, fragrância e veículo. Embalagem de 500ml cada.			
33	100	Und.	Detergente neutro hiperconcentrado: para lavagem manual de louças, talheres, copos e utensílios em cozinhas industriais e limpeza em geral. Composição química: ácido dodecilbenzeno sulfônico linear, neutralizante, clarificante, sequestrante, corante, conservante e veículo. Principio ativo: ácido dodecilbenzeno sulfônico linear a 90%. Combonas de 5 litros.			



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

34	50	UND	Dispenser para Papel Toalha interfolhado de 2 dobras.			
35	50	UND	Dispenser pl/ copo plástico , de 180 a 200ml. Material: acrílico com base de inox. Com capacidade mínima de 100 unidade de copo.			
36	100	UN	Escova de lavar roupa. Tamanho tradicional, corpo de madeira.			
37	1.000	PCT	Esponja de lã de aço ; Pacote 60 gramas com 8 unidades			
38	1.000	PCT	Esponja de limpeza dupla face – pct com 3 und. Cada uma medindo 75x110mm.			
39	500	UND	Flanela ; Para limpeza de móveis, vidros e instalações. Com acabamento nas bordas, tamanho: aproximadamente de 40 x 60 cm. Cores laranja ou branca.			
40	20	UND	Forminha nº 00 , pacote com 100 und.			
41	50	PCT	Fralda descartável Tamanho P , para crianças com peso de até 5 kg. Barreira antivazamento. Formato anatômico e cintura ajustável, recortes nas pernas, com 2 a 4 elásticos. Camada internas e externas sobrepostas, evitando seu deslocamento durante o uso, superfície uniforme. O revestimento externo filme polietileno, faixa multi ajustável de duas tiras adesivas abre/fecha, pacote hiper com no mínimo 100 und.			
42	300	PCT	Fralda descartável Tamanho M , para crianças com peso de até 5 a 10 kg. Barreira antivazamento. Formato anatômico e cintura ajustável, recortes nas pernas, com 2 a 4 elásticos. Camada internas e externas sobrepostas, evitando seu deslocamento durante o uso, superfície uniforme. O revestimento externo filme polietileno, faixa multi ajustável de duas tiras adesivas abre/fecha, pacote hiper com no mínimo 90 und.			



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

43	300	PCT	Fralda descartável Tamanho G , para crianças com peso de até 10 a 13 kg. Barreira antivazamento. Formato anatômico e cintura ajustável, recortes nas pernas, com 2 a 4 elásticos. Camada internas e externas sobrepostas, evitando seu deslocamento durante o uso, superfície uniforme. O revestimento externo filme polietileno, faixa multi ajustável de duas tiras adesivas abre/fecha, pacote hiper com no mínimo 80 und.			
44	400	PCT	Fralda descartável Tamanho XG , para crianças com peso acima de 13kg. Barreira antivazamento. Formato anatômico e cintura ajustável, recortes nas pernas, com 2 a 4 elásticos. Camada internas e externas sobrepostas, evitando seu deslocamento durante o uso, superfície uniforme. O revestimento externo filme polietileno, faixa multi ajustável de duas tiras adesivas abre/fecha, pacote hiper com no mínimo 70 und.			
45	300	PCT	Fralda descartável Tamanho XXG , para crianças com peso de até 12 a 25 kg. Barreira antivazamento. Formato anatômico e cintura ajustável, recortes nas pernas, com 2 a 4 elásticos. Camada internas e externas sobrepostas, evitando seu deslocamento durante o uso, superfície uniforme. O revestimento externo filme polietileno, faixa multi ajustável de duas tiras adesivas abre/fecha, pacote hiper com no mínimo 56 und.			
46	300	UND	Fronha 100% algodão , cor branca 50x70cm			
47	300	UND	Garfo descartável , para refeições, na cor branco leitoso, pacote com 50 unidades			
48	300	UND	Garfo descartável , reforçado para refeições: garfo descartável na cor branco, leitoso, pacote com 50 unidades.			
49	300	PCT	Guardanapos de papel , branco, absorvente, medindo 20x21cm, pacote com 50 unidades.			



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

50	100	UND	Hastes flexíveis , possuem pontas de puro algodão que não se desprendem sob condições normais de uso; composição: hastes de polipropileno, algodão hidrófilo tratado com carboximetilcelulose e bactericida, c/ 75 unidades			
51	250	UND	Inseticida Aerosol 395ml , ação total. Com ação rápida, em poucos segundos mata baratas e mosquitos/pernilongos, formigas, carapañas, muriçocas e moscas. Mata também o mosquito que pode transmitir a Dengue, o Zika Vírus e a Febre Chikungunya.			
52	200	UND	Isqueiro , gás inflamável sob pressão.			
53	100	UND	Kit infantil para cabelos , contem shampoo 480ml, que não irrita os olhos e condicionador de 480 ml.			
54	200	UND	Lençol de solteiro branco de malha com elástico 0,88 m x 1,88 x 0,20m, para cobrir.			
55	200	UND	Lençol branco - 90cm x 1,90 m, para cobrir			
56	200	UND.	Lençol branco – de baixo , para berço de malha com elástico – 1,65x1,10m			
57	200	UND.	Lençol branco de cima para berço , 1,45 x 1,05 .			
58	300	UND	Limpa vidros tradicional . Com álcool – embalagem 500 ml			
59	3.000	UND	Limpador Multiuso – Embalagem com 500 ml. Com tampa tipo jato.			
60	2.000	UND	Limpador limpeza pesada , com cloro ativo 1L. Sem adição de nenhuma acido na composição, com cloro ativo na composição. Tampa de rosca			
61	100	UND	Limpa piso , cerâmicas e azulejos. Embalagem de 1 kg, tradicional, composição: acido sulfúrico, coadjuvante, tesoativo não iônico.			



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

62	30	UND	Lixeira c/ pedal e tampa p/ cozinha 12 L – Cor branca			
63	50	UND	Lixeira c/pedal e tampa em plástico rígido – 100 L			
64	50	UND	Lixeira retangular c/pedal e tampa para cozinha – 50 L			
65	400	PAR	Luva de borracha, mucambo diversos tamanhos.			
66	10	UND	Mangueira para jardins ¾ rolo com 50 metros			
67	70	UND	Pá de plástico: Pá para coleta de Lixo em plástico resistente, com cabo de madeira LONGO encapada com plástico.			
68	100	UND	Palha de Aço nº01, 25 g. palha macia e aço de carbono			
69	70	UND.	PALITO DE DENTE (caixa com 100 unidades).			
70	300	UND	Palito de Picolé, embalagem com no mínimo 50 unidade.			
71	350	UND	Palito para churrasco, embalagem com no mínimo 50 unidades.			
72	1.500	UND	Pano de chão, saco alvejado, 50 x 70 cm, 100% algodão. BRANCO.			
73	500	UND	Pano de Prato, em tecido encorpado 100% algodão, embanhado nas laterais, absorvente, lavável e durável, na cor branca. Com aproximadamente 50cm x70cm			
74	50	UND	Papel alumínio, 30x 100m			
75	20	UND.	Pente para cabelo de plástico resistente, tamanho médio com cabo anatômico			
76	400	FD	Papel Higiênico Rolão: Branco, rolo com 300 metros, fardo com 8.			



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

77	300	FD	Papel Higiênico: 30 metros, folha dupla branco, macia, absorvente, consistente. Fardo com 16 pct, c/4 rolos cada.			
78	300	PCT	Papel toalha com 2 rolos, branco e absorventes.			
79	50	UND	Pino de segurança para panela de pressão, de tamanhos variados, e boa qualidade.			
80	1.000	PCT	Prato de isopor 15 cm fundo, tipo cumbuca, pacote com 20 unidades, com 15 cm de diâmetro e 5 de profundidade.			
81	500	PCT	Prato descartável, medida de 23cm, tipo refeição, pacote com 10 unidades.			
82	200	PCT	Prato descartável, medida de 15cm, tipo sobremesa, pacote com 10 unidades.			
83	100	PCT	Pregador de roupas de madeira, com 12 und, fabricado de madeira e metal			
84	100	PCT	Prendedor/ pregador de roupas modelo "capricho", dúzias, feito em polímero resistente e elástico, não danifica o tecido. Material resistente, leve e pratico, tamanho econômico – 7 cm x 2,2 cm x 1cm cada peça, cores variadas			
85	400	UND	Ratoeira adesiva – Não tóxica. 25,5 x 18,5cm.			
86	50	UND	Rodinho branco para pia de cozinha			
87	100	UND	Rodo de Plástico: Em plástico resistente com borracha de 40 cm e com cabo de madeira encapada com plástico.			
88	200	UND	Rodo de Plástico: Em plástico resistente com borracha de 60 cm e com cabo de madeira encapada com plástico.			



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

89	600	PCT	Sabão em Barra Glicerinado neutro com alto poder desengordurante. Multiuso 180gr pacote com 5 unidades. Aspecto: barra solida translucida. Cor: castanho; componente: sais de ácidos graxos e coadjuvantes.			
90	1.500	CX	Sabão em pó: Embalagem caixa de papel 1 kg cada, que tem clareador e com registro junto ao Ministério de Saúde. Composição: alquilbenzeno sulfonato de sódio linear, carbonato de sódio, tripolifosfato de sódio, sulfato de sódio, silicato de sódio, 4,4 bis (2 sufoestiril bifenil dissodico), pigmento azul 158, enzima, cmc, perfume e agua. Contem;/ tensoativo biodegradável.			
91	300	UND.	Sabonete barra glicerinado infantil , barra de 70 a 90 g, testado dermatologicamente.			
92	50	GL	Sabonete líquido perolado – galão de 5 litros: Sabonete líquido Perolado indicado para a lavagem das mãos com aspecto perolado e substâncias neutras de limpeza, com agradável aroma Erva Doce. Pode ser utilizado em todos os ramos de atividade que se preocupam com a higienização			
93	10	UND	Saboneteira com reservatório: Saboneteira em plástico ABS com reservatório.			
94	300	PCT	Saco para hot dog , pacote com 50 unidades.			
95	50	PCT	Saco para hambúrguer , pacote de 50 und			
96	400	PCT	Saco para lixo 100 lts: Saco para lixo cor preto com capacidade de 100 litros, tamanho 70x95cm 8 micras, em conformidade com as normas da ABNT. Pacote com 100 unidades.			



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

97	200	PCT	Saco para lixo 200 lts: Saco para lixo cor preto com capacidade de 200 litros, tamanho 90x120cm 8 micras, em conformidade com as normas da ABNT. Pacote com 100 unidades.			
98	200	PCT	Saco para lixo 40 lts: Saco para lixo cor preto com capacidade de 40 litros, 8 micras, em conformidade com as normas da ABNT. Pacote com 100 unidades.			
99	300	PCT	Saco para lixo 60 lts: Saco para lixo cor preto com capacidade de 60 litros, 8 micras, em conformidade com as normas da ABNT. Pacote com 100 unidades.			
100	200	PCT	Saco para pipoca, papel resistente, tamanho 15cm altura, 10 cm de largura, cor branca. Com 500 und.			
101	50	PCT	Saco plástico (para sacola surpresa), saco pp, incolor com detalhes infantis medindo aproximadamente 15x 25cm, pacote com 100 unidades..			
102	70	UND	Sacola plástica, verde escura reforçada, tipo camiseta 45x60cm, pacote com 5 kg			
103	200	UND	SHAMPOO INFANTIL, indicado para todos os tipos de cabelos, testado dermatologicamente, com agradável aroma, composto de agua, laurel éter sulfato de sódio, cocoamidopropil betaina, laurato de sorbimacrogol 80, cloreto de sódio, diestearato de polietilenoglicol, dietanolamina de ácidos graxos de coco, fragancia, mistura de metil isotiazolina e metil cloro isotiazolinona, acido cítrico e edta sissodico, embalado em fraco de 500ml, com tampa tipo flip-top, devidamente identificado com informações dobre o produto e fabricante.			



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

104	50	UND	Soda caustica em escamas , chamada de hidróxido de sódio anidro, produzida a partir do processo de evaporação da soda caustica líquida, da fusão do produto anidro e do processo de descamação. Embalagem de 1 kg			
105	30	UND	Talco suave 200g. magnesium, carbonato e fragranse			
106	50	UND	Tapete de piso 100% algodão , 50 x 70 cm			
107	500	UND	Toalha de banho 80x 1,40 cm , na cor branca de boa qualidade			
108	300	UND	Toalhas de rosto , 50x 80 cm, na cor branca de boa qualidade			
109	1.000	UND	Toalhas umedecidas , testado dermatologicamente contendo 100 und. Em cada, não contendo álcool. Com toque suave.			
110	200	FD	Toalha de Papel (com 1000): Papel Toalha folha branca, interfolhadas 02 dobras. Medidas 20,5 x 20cm. Fardo com 1.000 folhas.			
111	200	PCT	Toucas descartáveis: de TNT sanfonada, na cor branca, com elástico duplo, fabricada em 100% polipropileno, atóxica, pacote com 100 unidades.			
112	50	UND	Válvula para panela de pressão , de tamanhos variados.			
113	200	UND	Vassoura de nylon , doméstica, cepa e cerdas em polipropileno medindo 26x5x5cm, com 200 cerdas por tufo, macia, tipo lisa, cepa pesando 240g, cabo de madeira revestida de polipropileno de alta densidade, rosca em polietileno.			
114	150	UND	Vassoura de Pêlo: (De crina animal). Estrutura de madeira, de 60 cm, com cabo de madeira, sem trincas e de primeira qualidade.			



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

115	200	UND	Vassoura de piaçava: Número 05, 40 cm corpo em lata com cabo de madeira 1,40m reforçado e cerdas bem fixadas e resistentes.			
116	600	UND	Vassoura para Gari, 40 cm, cepas parafusadas. Com cabo de madeira reforçado e cerdas bem fixadas e resistentes.			
117	100	UND	Vassoura para vaso: De fibra de nylon, para limpeza de vaso sanitário, com cabo plástico resistente e cerdas plásticas arredondadas. Com suporte			
118	200	UND	Vela para filtro, de barro.			
119	15	UND	Luva de segurança de aço inox, para proteção das mão do usuário contra cortes por facas manuais e objetos cortantes similares. Tamanho a definir			
120	50	UND	Luva Térmica para altas temperaturas, uso em cozinha, cinco dedos, punho longo 45cm. EPI com certificado de aprovação CA.			

Proposta Comercial: R\$.....(.....)

Declaro que nos preços propostos estão incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento proposto, tudo na forma do edital de licitação de número em referência.

Local e data.

Validade da Proposta (mínimo 60 dias):

Assinatura do representante legal:



Anexo VII
Modelo de Declarações

() Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

() Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

() Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

() Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

() Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

() Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

() Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

() Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

() Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei



Prefeitura Municipal de Martins Soares

Estado de Minas Gerais

Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência, observado também o disposto nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º da Lei Federal n. 14.133/2021.

() Sim, ME () Sim, EPP () Não, outros enquadramentos